“Que atire a primeira pedra quem não tenha manchas de imigração na sua árvore genealógica... assim como na fábula do lobo mau que acusava o inocente cordeiro de escurecer a água do riacho de onde ambos bebiam. Se tu não emigraste emigrou o teu pai, e se o teu pai não necessitou de mudar de sítio foi porque o teu avô antes não teve outro remédio se não ir, carregando a casa às costas, em busca da comida que a sua própria terra lhe negava. Muitos portugueses (e quantos espanhóis) morreram afogados no rio Bidasoa quando, pela noite escura, tentavam alcançar a nado a outra margem, onde se dizia começar o paraíso de França. Centenas de milhares de portugueses (e quantos espanhóis) tiveram que se introduzir na culta e civilizada Europa, para lá dos Pirenéus, em condições de trabalho infames e salários indignos. Os que conseguiram suportar a violência de sempre e as novas privações, os sobreviventes, desorientados no meio de uma sociedade que os desprezava e humilhava, perdidos em idiomas que não podiam entender, foram pouco a pouco construindo, com uma renúncia e um sacrifício quase heróico, moeda a moeda, cêntimo a cêntimo, a fortuna dos seus descendentes. Alguns desses homens, algumas dessas mulheres, não perderam, e não quiseram perder, a memória do tempo em que padeceram de todos os vexames do trabalho mal remunerado e de todas as amarguras do isolamento social. Que honestos agradecimentos lhe sejam dados por conservar o respeito que deviam ao seu passado. Muitos outros, a maioria, cortaram as pontes que os uniam àquelas horas sombrias, envergonharam-se de terem sido ignorantes, pobres, e por vezes miseráveis, comportaram-se como se a vida decente só tivesse verdadeiramente começado quando, por fim e num felicíssimo dia, puderam comprar o seu próprio automóvel. Esses serão os que estarão dispostos a tratar com idêntica

crueldade e idêntico desprezo os imigrantes que atravessam esse outro Bidasoa, mais largo e mais fundo que é o Estreito de Gibraltar, onde os afogados abundam e servem de pasto aos peixes, se as marés e o vento não preferirem empurrá-los para a praia até que a guarda-civil apareça e os leve. Aos sobreviventes dos novos naufrágios, aos que puseram os pés em terra e não foram expulsos, espera-os o eterno calvário da exploração, da intolerância, do racismo, do ódio à pele, da suspeita, do envelhecimento moral. Aquele que antes foi explorado e que perdeu a memória de o ter sido acabará explorando outro. Aquele que antes foi explorado e finge ter-se esquecido refinará a sua própria capacidade de desprezar. Aquele a quem ontem humilharam humilhará hoje com mais rancor. E ei-los aqui, todos juntos, atirando pedras a quem chega a esta margem do Bidasoa como se eles nunca tivessem emigrado, ou os seus pais ou os seus avós, como se nunca tivessem sofrido de fome e de desespero, angústia e de medo. Na verdade, há maneiras de ser felizes que são simplesmente odiosas."

José Saramago, prólogo do livro *Moros en la Costa* de Juan José Téllez

Editorial

Em 1965 o General Charles de Gaulle sugeriu a criação de uns jogos que reforçassem os recém reatados laços entre a França e a Alemanha. Inspirados nas competições de Verão entre cidades francesas (algumas das quais tinham lugar dentro de piscinas) os "Jogos sem Fronteiras" – a transmissão mais longa na história das co-produções televisivas – cedo se estenderam a mais países europeus, contribuindo assim para a construção de uma Europa que ainda hoje tenta "como sonâmbula", através de um complexo mecanismo que oscila entre a vassalagem e o espelho, perfazer um bloco forte, capaz de contrabalançar os EUA, ao mesmo tempo que vai cimentando velhas crenças chauvinistas internas.

O carácter de espectáculo que constituía, no fundo, a razão de ser destes jogos, cujo grosso dos espectadores – essa "comunidade recém re-imaginada" que eram os europeus – era televisivo, estava bem patente na sua própria organização que pressupunha a existência de um apresentador e de uma equipa de filmagem de cada país participante: Eládio Clímaco, Ana Zanatti ou Fialho Gouveia eram então aquilo que Ettore Andenna e Marie-Ange Nardi eram para o público italiano ou francês, como se pode ver nos vários sites de saudosistas fãs dos JSF.

Assim, fazendo corresponder o jogo com o seu carácter lúdico a uma diluição das fronteiras internas de uma Europa que se queria simultaneamente competitiva e unida, os JSF – com as suas edições em desconhecidas cidades de província, que assim nos apareciam como a caricatura folclórica de um mundo onde se tornava impossível viver e do qual era urgente fugir a sete pés, com as suas correrias desesperadas

para dentro de piscinas onde a produtividade equivalia ao número de bolas apanhadas, através da nossa improvisada fraternidade de sofá para com aqueles seres que, de T-shirt molhada, tentavam a todo o custo que o espectáculo não parasse e que a Europa avançasse – são a metáfora perfeita do vazio central que nós, estes europeus que somos, exibimos.

"Jogos sem Fronteiras" que apenas existem porque outro Jogo (e muitos outros jogos a contra-corrente, gostamos de pensar) não conhece(m) fronteiras: o dinheiro circula; os desejos são exportados via satélite, cabo ou Internet; os produtos são fabricados ou chegam por terra ou pelo ar alterando paisagens, práticas, comportamentos; territórios - onde as pessoas no sentido Sul-Norte são barradas - são rapidamente atravessados por ondas magnéticas, gasodutos e oleodutos, num livre movimento que corresponde ao percurso das matérias-primas, das mercadorias e dos circuitos turísticos. O espaço geográfico é não-linear e não-lógico, constituído por relações e redes, milhares de vezes mais complexas do que as linhas do Estado-Nação, simplificação extrema, máxima potência simbólica.

Tratar a abundância, as relações, as interligações, a não-linearidade e a ilogicidade dos percursos das pessoas, das coisas e das práticas (nas quais as nossas próprias vidas se incluem) é a razão de ser deste conjunto de textos que, na sua maior ou menor coerência interna, abordam o tema das fronteiras num sentido alargado – as fronteiras como "transformação do espaço produzida pela deslocação das pessoas".

Distanciamo-nos tanto de uma visão separadora que trata os assuntos como compartimentos isolados entre si (vendo "imigração", "trabalho", "repressão" ou "tecnologia" como temas que estão profundamente interligados), como de uma visão humanitária que olha para as

migrações como um problema a que é necessário dar uma resposta mais ou menos justa. Entendemos a fronteira não como um sulco mas como um programa "cujo funcionamento investe e percorre todo o conjunto das relações sociais", como uma polícia especializada em separar quem é de quem não é, como um discurso que distingue o "nós" e os "outros"- que separa o "global" do que é "típico", "exótico" ou "local", como uma operação que está permanentemente a ser reactualizada no espaço, nas disciplinas, nos saberes e nos nossos próprios actos, como uma linha que nos atravessa a todos e de que é importante falar.

Assim, este conjunto de textos e de imagens (primeiro número de uma publicação de incerta periodicidade?) corresponde a um esforço/gozo nosso em levantar estas questões sobre as quais sentimos a falta de um discurso crítico feito com as ferramentas da escrita, das ciências sociais, da literatura, do cinema, do teatro, da fotografia, mas, sobretudo e em primeiro lugar, das nossas vidas – num movimento que tem a ver com dizer as coisas, ouvir, pensá-las, e fazê-lo sem separação (de discursos, de gentes, de modos de expressão) para que eu, tu, ele, o especialista, o artista, o migrante que és tu agora, mas que ontem fui eu e vice-versa nos habituemos a falar, em que se trata de opor histórias outras à massificação mediática que transforma tudo numa história só.

Ideias

Sem Fronteiras

De Melila à Polónia, de Chipre às Canárias, milhares de pessoas tentam quotidianamente abandonar os seus locais de origem e atingir o continente europeu em busca de melhores condições de vida, deixando para trás os mais variados cenários – guerras, incêndios, secas, inundações, regimes repressivos, desemprego maciço, salários de miséria, fundamentalismos vários – e confrontando-se, em todo o lado, com a mesma estratégia repressiva, as mesmas barreiras e perseguições, o mesmo racismo e a mesma violência.

Poder-se-ia pensar que estas pessoas que atravessam oceanos, desertos e montanhas, territórios hostis e países estranhos, seriam vítimas de mal entendidos ou de excessos policiais, mas não é esse o caso. As e os imigrantes que procuram atingir a Europa confrontam-se com práticas, objectivos e instrumentos escolhidos no seio das instituições europeias e aprovados por indivíduos eleitos por cidadãos europeus. Resumindo, confrontam-se com dispositivos de violência desumana e com uma repressão que nos habituámos a associar a estados ditatoriais, mas tudo isto foi decidido «democraticamente».

Chama-se «Frontex» e é o conjunto dos dispositivos de controlo dos movimentos migratórios para a Europa. Inclui os barcos de guerra que patrulham o litoral, as vedações em Melila e Ceuta, os centros de detenção espalhados por toda a Europa, as viagens de deportação a bordo de aviões de companhias como a Ibéria e a Lufthansa. Mas inclui também as perseguições aos imigrantes por todo o continente, desde os que vão buscar os filhos à escola aos que são baleados pela

polícia nos subúrbios das grandes metrópoles, as rusgas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a imposição de testes de ADN para efeitos de reunificação familiar. Inclui já, também e em crescendo, as relações diplomáticas com os Estados vizinhos da UE, para que sejam estes a assumir os aspectos mais odiosos da repressão sobre os imigrantes, com a multiplicação de centros de detenção no Magrebe e a prática de genocídio em curso, em Marrocos, nos últimos anos.

Um controlo dos movimentos migratórios desta amplitude nunca poderia ser efectuado por métodos meramente legais e institucionais, pelo que a repressão do Estado se cruza aqui com a tolerância, quando não cooperação mais ou menos subterrânea, relativamente ao crime organizado, de maneira a garantir que os imigrantes que passam pelas malhas apertadas deste controlo permaneçam apesar de tudo invisíveis nos países onde se fixam, ilegais e dependentes, sempre receosos da deportação ou de represálias sobre as suas famílias, e obedientes.

A propaganda xenófoba da extrema-direita, o racismo mais ou menos subtil das instituições (a começar pela escola e a acabar nas autarquias) e o sensacionalismo dos media encarregam-se do resto - dão o tom e orientam as mentalidades no sentido de legitimar todo o tipo de medidas repressivas sobre os imigrantes.

Tudo isto que vai ocorrendo na Europa e nos seus confins merece, sem qualquer exagero, a classificação de guerra em curso. Uma guerra em que o inimigo é permanentemente construído e caracterizado enquanto possível ameaça à paz social, elemento de perturbação, dotado de uma irracionalidade que o distingue dos cidadãos europeus. Uma guerra

em que o inimigo é o estrangeiro no qual não nos reconhecemos, cuja diferença permite construir uma identidade que nos inclui e que o exclui, até ao momento em que o encaramos como uma coisa e nos tornamos incapazes de o ver enquanto uma pessoa.

O mecanismo é antigo e a sua sobrevivência diz-nos muito acerca da natureza da «fronteira». Os gregos chamavam «bárbaros» a todos aqueles que não partilhavam a sua língua e os seus costumes. Os romanos utilizaram o termo para designar todos os povos que se situavam para lá das fronteiras («Limes» - o limite) do seu império e que não aceitavam a sua soberania. Nos seus mapas de África, tudo o que ficava para lá daquilo que dominavam era designado com a mesma expressão: «Hic sunt leones», aqui há leões, como que a dizer que os indivíduos que lá habitavam eram indignos de uma caracterização. Os imperadores chineses mandaram erguer uma enorme muralha para travar as invasões dos povos nómadas da Sibéria e da Mongólia. Mais tarde, os reis portugueses e espanhóis dividiram o mundo ao meio com uma linha imaginária que deveria ser a fronteira entre os respectivos domínios coloniais. Tudo isto antes de as potências europeias se terem sentado à mesa em Berlim, no final do século XIX, para traçar a régua e esquadro, à medida das suas conveniências e com os resultados que se conhecem, as fronteiras das suas colónias em África. Povos e comunidades foram agrupados ou separados consoante a viabilidade de meios de comunicação ou a existência de determinados recursos naturais, a conquista militar ou as vias de comércio – em todos os casos em função da colonização em curso e dos interesses dos colonizadores. Antes disso, já as rivalidades entre povos africanos e a colaboração dos poderes locais haviam permitido um intenso comércio de escravos africanos, a maior parte dos quais transportados através do Atlântico para as novas colónias europeias no continente americano.

E em todos estes casos a «fronteira» foi sempre, em simultâneo, uma linha traçada num papel, um efectivo poder militar e repressivo, um discurso de legitimação da violência baseado na superioridade dos colonizadores sobre os colonizados, uma permanente construção de identidades colectivas capazes de suportar relações sociais profundamente injustas.

Os antecedentes históricos ilustram a natureza da «fronteira», mas são insuficientes para explicar os processos em curso. Pela sua dimensão, o fenómeno migratório actual assume aspectos novos e até aqui desconhecidos. Por outro lado, as técnicas de controlo, condicionamento e repressão estão mais sofisticadas do que alguma vez acontecera, dando à «fronteira» uma materialidade que ela nunca havia tido. Essa materialidade parece incontornável, o seu braço tão longo quanto for necessário, o seu olhar capaz de tudo abarcar, a sua legimidade inquestionável.

Talvez por isso os discursos sobre imigração que procuram combater a xenofobia e o racismo tendem a incorporar a linguagem do adversário e a aceitar as fronteiras como coisas más mas necessárias. Falam de direitos a negociar, de integrações a promover, de excessos a corrigir. Da necessidade que a «Europa» tem de imigrantes para «fazer os trabalhos que os europeus já não querem fazer» e para «equilibrar a balança demográfica». De respeito pela sua «identidade e diferença». Da necessidade de uma «política de imigração», capaz de associar a razão de Estado à solidariedade e respeito para com os imigrantes. Esses discursos bem intencionados, de pessoas honestas e, em geral, bastante corajosas, contrastam no entanto de forma cada vez mais insuportável

com a realidade de uma guerra aberta contra os imigrantes. Remetem cada luta para uma posição defensiva e de expectativa, na qual se procura reivindicar direitos, apelando aos governos para a necessidade e conveniência de introduzir um pouco de «espírito cristão» no tratamento dado aos imigrantes.

Aquilo que a evolução dos dispositivos repressivos agrupados sob a designação de «fronteira» tem vindo a demonstrar é precisamente um amplo consenso das forças políticas na União Europeia relativamente à necessidade de controlar o fluxo migratório e ilegalizar os movimentos da esmagadora maioria das pessoas que procura entrar no continente. A «fronteira» é o instrumento que lhes permite regular o fluxo consoante as necessidades de mão-de-obra das empresas e serviços, mas também o argumento que permite ampliar os poderes policiais e multiplicar os «estados de excepção», criando zonas onde a legalidade é suspensa e as relações de força são plenamente assumidas. A «guerra ao terrorismo», com a multiplicação de possíveis «ameaças à segurança interna» e uma exploração científica do medo e da xenofobia contra os muçulmanos, veio reforçar essa evolução e caucionar a militarização da fronteira a sul, tornando o Mediterrâneo num cemitério ondulante.

Mas com o reforço das fronteiras e com o reforço dos poderes do Estado para se ingerir nas vidas das pessoas, é toda a sociedade que se militariza. A «fronteira» não é apenas o limite do território nacional, mas também uma polícia especializada em controlar os imigrantes. Em Portugal o programa dessa polícia torna-se parcialmente explícito a partir do nome – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – ainda que este surja encapotado de repartição pública. A própria existência

de uma polícia e de uma burocracia especiais para lidar com os «estrangeiros» é o desenvolvimento lógico da «fronteira», a banalização da separação, no interior de cada país, entre cidadãos e excluídos da cidadania, a banalização da concessão de direitos diferentes consoante a proveniência, a banalização de um «apartheid» cuja natureza se torna inteiramente explícita com a negação de nacionalidade aos filhos dos imigrantes que nasceram já no país «de acolhimento». A «fronteira» é todo um programa e o seu funcionamento percorre e investe o conjunto das relações sociais. Sem ela nada se compreende acerca da natureza do racismo, da xenofobia, da repressão policial, da natureza do Estado.

Neste contexto, o combate contra este processo não se pode contentar em denunciar este ou aquele abuso, em reivindicar este ou aquele direito, em defender este ou aquele grupo de imigrantes. É necessário rejeitar a lógica que está no âmago da «fronteira»: a separação dos indivíduos segundo a soberania dos Estados. Combater a opressão dos imigrantes implica ter presente que essa separação é desejada e constantemente construída pelo poder. Promover, em sentido inverso, a comunicação e cooperação entre aqueles que as fronteiras separam implica rejeitar a posição defensiva de quem reivindica e assumir a posição ofensiva de quem constrói colectivamente um percurso próprio, impondo a sua existência e a sua presença, independentemente das lógicas institucionais. Desarmar o Estado colectivamente, desmontar a legitimidade da sua actuação, invadir o espaço público, tomar as ruas e tornar visível aquilo que a «fronteira» pretende manter obscuro é o único programa que permite ganhar a guerra suja posta em prática contra os imigrantes na União Europeia. Nela, todos somos potenciais alvos, mas também combatentes irregulares. Nela, todos somos ilegais.

Sha Moussa

Sobre os campos da Europa

Contam-se aos milhares o número de mortes ao tentar atravessar as fronteiras da que hoje se chama União Europeia.

A pé ou de avião, a nado ou de "patera", do Estreito de Gibraltar às costas maltesas e sicilianas, do túnel da Mancha à fronteira greco-turca e polaco-ucraniana de acordo com a Europol, cerca de 500 mil pessoas por ano conseguem "ilegalmente" passar as fronteiras e entrar na Europa porque procuram uma vida melhor ou simplesmente um maior rendimento.

É neste contexto que existem, desde há muito, "centros" de imigrantes na Europa. Partilhamos a opinião de que estes centros são estruturalmente "campos" cuja tipologia fornecida por Agamben pode ser apreendida no livro *O Poder Soberano e a Vida Nua- Homo Sacer*. Como nos diz este autor na obra em questão, depois de traçar uma breve genealogia do enquadramento legal que presidiu à abertura destes locais:

> "Será um campo tanto o estádio de Bari, em que a polícia italiana amontoou provisoriamente os imigrantes clandestinos albaneses antes de os re-enviar para o seu país, como o velódromo de Inverno onde as autoridades de Vichy recolheram os judeus antes de os entregar aos alemães; tanto o Konzentrationlager fur Auslander em Cottbus-Sielow, onde o governo de Weimar reuniu os refugiados judeus do Leste, como as Zones d'Attente nos aeroportos internacionais franceses, onde são retidos os estrangeiros que pedem o reconhecimento do estatuto de refugiado. Em todos estes casos, um lugar aparentemente anódino delimita na realidade um espaço

em que a ordem normal está de facto suspensa e onde cometer ou não atrocidades não depende do direito mas apenas da civilidade e do sentido ético da polícia que age provisoriamente como soberana (...).”

Deste modo, segundo Agamben, o campo é a materialização no espaço – enquanto disposição espacial permanente – do que o Estado de Excepção inaugura no tempo, da suspensão temporal da ordem.

O campo fica assim permanentemente fora da ordem normal, nas margens do direito penal e do direito prisional. É um pedaço de território colocado à margem da ordem jurídica normal sem ser um espaço exterior, é o realizar a excepção de um modo permanente.

O campo é o lugar “onde tudo é possível”, uma vez que quem aí entra acede a uma zona de indistinção entre direito e facto, excepção e regra, lícito e ilícito, sendo portanto o momento em que “a política se torna biopolítica e o homo sacer se confunde virtualmente com o cidadão”. No campo, o direito transforma-se em facto e o facto em direito, e tal apenas pode acontecer devido à existência de “cláusulas gerais e indeterminadas” que progressivamente foram entrando na legislação.

Conceitos tão vagos como “bons costumes”, “estado de perigo”, “motivo importante”, “segurança e ordem pública” não remetem, como nos alerta o autor, para uma norma mas para uma situação “penetrando subtilmente na norma e deslocando a certeza e a calculabilidade para fora da norma e tornando todos os conceitos jurídicos indeterminados.”
Assim, da Bélgica à Alemanha, das ilhas gregas à Itália e à Espanha e a, recentemente, Portugal[1] – onde embora já há alguns anos houvesse

este tipo de (não) espaços nos aeroportos nacionais só em Fevereiro de 2006 abriu o primeiro "Centro de Imigrantes" – estes lugares podem adquirir vários nomes e configurações. Podem tratar-se das famosas "zonas de espera" (campos-fronteira situados perto ou dentro) dos aeroportos, dos Centri di Permanenza Temporanea e d'Accoglienza italianos, das "Zones d'Attente" francesas, das suas variantes Centres et Locaux de Rétention, dos Centros de Internamiento de Extrangeros ou dos Centres Fermés belgas.

Cerca de vinte nas ilhas Gregas, cinco ou seis em Malta, outros ainda nas Canárias, Eslovénia, Itália, Bélgica, França, Hungria, Espanha, Roménia, os números aqui avançados - baseados sobretudo no texto *Des champs en Europe aux champs de L'Europe de Isabel Sant Saens* (revista *Multitudes*, Inverno de 2004,) - estão desactualizados, mas optou-se por pensar que, sendo esta uma abordagem eminentemente qualitativa, o número de campos que existem (embora importante) não é o que aqui está em causa e que o que importa pensar é a própria existência e proliferação destes locais.

Encontram-se este tipo de estruturas tanto no centro como na periferia das cidades – e pense-se a este respeito no Centro de Via Corelli, em Milão – que se tornou muito conhecido desde que um jornalista, passando por imigrante ilegal, se conseguiu infiltrar no seu interior para denunciar algumas das práticas e dispositivos aí em vigor - ou no de Zapi em Roissy.

É de notar que em França, por exemplo, existem este tipo de estruturas desde os anos trinta e, como nos diz Agamben:

> “a sobrevivência de alguns deles torna evidente a persistência de determinadas técnicas de administração: o centro de Administração de Vincennes, que teve uma vital importância na época da guerra com a Argélia é hoje em dia um *Centre de Rétention* bem como Rivesaltes, aberto em 1936 para os refugiados espanhóis”.

Quanto às *zones d'attente* no mesmo país estas existem desde os anos setenta, tendo sido criadas por um governo socialista.

É importante realçar a existência de vários tipos de Centros para Imigrantes: podem ser informais ou oficiais, acolher refugiados à espera de asilo político, imigrantes ilegais, estrangeiros em vias de expulsão ou gente à espera da decisão que os autorizará ou não a atravessar uma fronteira.

Havendo regimes jurídico-administrativos específicos para cada Centro, o tempo de permanência nestes locais e o estatuto de quem aí está são extremamente variáveis. Trata-se sempre, no entanto, de parar ou controlar os imigrantes que tentam alcançar a Europa vindos do Sul ou de Leste, e a justificação para a sua existência é para a opinião pública - e sobretudo após o 11 de Setembro -, algo tão vago como “garantir a segurança pública” .

Os ocupantes destes centros são, regra geral, estrangeiros extra-comunitários cujo delito fundamental é passar ou tentar passar a fronteira de uma ou várias nações. Por este delito são presos e a sua liberdade de deslocação e de existência - mesmo que provisoriamente - é-lhes tolhida, sendo-lhes os seus direitos fundamentais retirados,

ficando a sua vida exposta a violências físicas e psíquicas frequentes e estando a sua possível morte mais dependente da benevolência (ou malevolência) dos guardas (soberanos) do centro que de qualquer outro factor. No entanto, como nos diz Isabelle Sant Saens a propósito da função social destes locais:

> "Os campos não são todos cercados por enormes muros e quantidades infinitas de arame farpado, podem ser apenas delimitados por quase-invisíveis recursos tecnológicos; o campo é também um *processus* (de controlo, de selecção, por vezes mesmo de experimentação), e não só um espaço físico. Não os podemos apenas considerar como locais de encerramento e de imobilização, mas também como tentativas espacializadas de canalizar e gerir as deslocações, tornando assim a mobilidade produtiva."

E, de facto, em Setembro de 2000, Romano Prodi, então Presidente da Comissão Europeia, declarou à agência Ansa que "nós temos necessidade dos imigrantes, mas eles devem ser escolhidos, controlados, situados e colocados em locais específicos."

Assim os centros são um outro vulto da flexibilidade do capitalismo, "lugares extremos da repressão estatal e da metáfora geral dos controlos despóticos sobre a mobilidade da força de trabalho", e têm um importante papel a nível da triagem da entrada da força de trabalho na sociedade europeia. É importante não esquecer que esta sempre teve e ainda continua a ter um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades europeias, parecendo continuar válida a necessidade de assegurar à economia capitalista a existência de um "exército de reserva".

Importante é também pensar que tipos de emprego, que condições laborais e que níveis de exploração vão sofrer estes imigrantes ao oferecerem a sua força de trabalho e, muitas vezes, o seu próprio corpo à Europa. Como é sabido, os imigrantes (frequentemente os elementos mais jovens e vigorosos nas sociedades de onde partem, amíude dotados de especializações não reconhecidas) vão trabalhar nos sectores em que os cidadãos europeus já não querem trabalhar, muitas vezes sem nenhum tipo de condições e sem declarar (e nisto, correspondem a um caso particular da precarização do trabalho), constituindo-se assim sectores laborais genuinamente etnicizados (o que vai ter um papel importantíssimo na escalada dos racismos e xenofobias que a seguir alimentarão e justificarão as leis que regulam a entrada dos imigrantes). Como podemos ler na revista *Multitudes*, no 19, num texto de Manuela Bojadzijev, Serhat Karakayaloi e Vassili Tsinos:

> "Os *sans-papiers* trabalham sobretudo em pensões ou na restauração, nas casas como mulheres a dias, como trabalhadores do sexo e menos na produção, no sentido clássico (...) Alguns trabalhos e, como tal, sectores ocupacionais inteiros não poderiam existir sem eles. Como já acontecera no pós-guerra, com as clássicas migrações regulares de trabalhadores, muitos imigrantes aceitam as péssimas condições de trabalho e de vida enquanto têm uma perspectiva de permanência breve ou média. Quando se apercebem de que não é realista a ideia de após alguns anos regressar a casa com grandes quantias de dinheiro, modificam a sua atitude. Quem quer permanecer, quem quer viver "normalmente", mandar os filhos à escola deve lutar pelos próprios direitos. [De facto] a partir dos anos noventa em muitos países europeus apareceram lutas pela legalização dos imigrantes."

Resumindo:

Assiste-se hoje, no imaginário europeu e no discurso político, escondido debaixo do objectivo rapidamente erigido no dogma “Parar a Imigração”, a práticas e dispositivos completamente fora de qualquer legislação, em que a vida migrante é tratada com a máxima aleatoriedade por nitidamente não “valer o mesmo” que a europeia.

As pessoas são tratadas como “fluxos migratórios” e, “numa visão vitimizadora e paternalista, estritamente humanitária - que faz dos migrantes vítimas inevitáveis da globalização neoliberal, corpos submissos votados à invisibilidade” ou, no máximo, votados à extrema e fugaz visibilidade de um olhar televisivo. São “clandestinos”, “irregulares”, “sem-papéis”, “potenciais terroristas” ou “inumeráveis inocentes a clamar por ajuda internacional urgente” mas nunca homens e mulheres como nós, cujo desejo (não tão distante do nosso) de mudar de vida coloca em questão as fronteiras e a cidadania europeia.

É ponto assente que a imigração, tal como a conhecemos hoje em dia, é um fenómeno complexo com raízes históricas, políticas e culturais na Colonização e no modo como o Ocidente se relaciona com o “Terceiro Mundo” mas isto, embora essencial para uma compreensão mais profunda do que está em causa na criação destes novos campos, nunca parece ser mencionado. Pelo contrário, sintomáticas da perpetuação de uma visão eurocêntrica e colonialista são as recentes leis de externalização dos Centros que os pretendem deslocalizar, passando-os do território europeu para países situados fora da União

Europeia (como a Líbia, Marrocos, a Ucrânia ou a Turquia), onde muitas vezes não estão em vigor os compromissos internacionais relativos aos direitos humanos.

Volta então a ser o "não Ocidente bárbaro" a receber o que o Ocidente civilizado faz sem fazer (sem poder fazer, sem poder sequer ver). Sintomático porque o que já antes estava de fora (da lei, de toda a jurisdição) estando dentro do território (aquilo a que, na terminologia agambeniana, se chama uma exclusão inclusiva, uma zona de excepção onde a norma, para poder assegurar o seu funcionamento, assenta), é assim totalmente colocado de fora, numa disposição espacial em que a Europa se desresponsabiliza do que venha a acontecer. Leia-se a este respeito o texto de Isabel Sant Saens acima citado:

> "Em Fevereiro de 2003, Tony Blair propôs aos seus parceiros europeus a criação de "zonas seguras" fora das fronteiras da União Europeia, onde serão encerrados os requerentes de asilo durante o tempo necessário para o processamento do seu pedido. A cimeira de Salónica autoriza o plano e convida a Grã-Bretanha a efectuar experimentações *em pequena escala*. Em 21 de Julho de 2004 Otto Schilly, ministro do interior Alemão, propõe a criação pela UE de centros fechados na Àfrica do Norte.(...) O projecto tem luz verde.(...). A questão é debatida em inúmeras outras cimeiras e encontros mas em lugar de se falar de "campos" utilizam-se sempre eufemismos como "portais, "pontos de contacto", "cooperação activa com o país de origem", "sistemas de protecção no país de origem", "reforço da capacidade de acolhimento" (...). Passa o tempo, a

> 15 de Setembro de 2004, por ocasião da Cimeira de Viena, a Áustria e os países bálticos indicam que a Ucrânia é o país mais apropriado para acolher os requerentes de asilo provenientes da Tchétchénia e do Cáucaso.(...) A externalização dos campos, a longo ou a curto prazo, é um processo em marcha, uma reviravolta qualitativa gigantesca e inquietante: na doxa europeia, o asilo e as migrações (hidraulicamente re-baptizadas como fluxos migratórios) relevam agora instrumentos de controlo policial com possibilidades de utilitarismo migratório. Não existe um único texto europeu que não associe a imigração clandestina à criminalidade generalizada e ao tráfego de seres humanos. Após as suas longas epopeias, os requerentes de asilo são agora equiparados a "aproveitadores" (*profiteurs*); desde o 11 de Setembro de 2001, qualquer imigrante é um potencial terrorista."

Os direitos do Homem e do Cidadão

Numa reflexão sobre a condição de refugiado, Hannah Arendt, centrando-se no próprio conceito implícito no seu título - Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão -, sugere que se pense na ausência de direitos implícita em se estar ausente de cidadania:

> "A concepção dos Direitos do Homem baseada na existência de um ser humano enquanto tal, caiu em ruína assim que aqueles que

> a professavam se confrontaram com homens que tinham perdido toda a qualidade e relação específica - excepto o puro facto de serem humanos"[2]

Assim, no actual sistema de Estado-Nação, "os direitos sagrados e inalienáveis do homem estão desprovidos de toda a tutela e toda a realidade a partir do momento em que não é possível configurá-los como direitos dos cidadãos de um Estado" e *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* pode considerar-se originariamente biopolítica, o que se entrevê automaticamente a partir da leitura do seu 1º artigo:

> "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos"

No nascimento é exactamente a vida natural a apresentar-se portadora de direito - a nação deriva assim simplesmente de se "nascer" - inaugurando-se nas declarações dos direitos a passagem da soberania real de origem divina para a soberania nacional, sendo a vida natural o portador imediato desta soberania. Como nos diz Agamben:

> "A ficção aqui implícita é a de que o nascimento se torna imediatamente nação, de modo a que entre eles não pode haver qualquer distância. (...) Assim os nacionalismos, as limpezas étnicas, as políticas nacionais, os totalitarismos e a questão da imigração, poder-se-iam resumir ao binómio "solo e sangue" (...). Torna-se missão política suprema decidir o quê, como e quando é o alemão, o francês, etc."

A biopolítica decide e reactualiza constantemente quem (e como) é cidadão. Deste modo pode compreender-se a figura problemática do refugiado, tão inquietante para o Estado-Nação e cada vez mais numerosa ao longo do século XX, como algo que põe em causa a ficção originária da política moderna, rompendo a continuidade entre homem e cidadão que afinal se encontra fragmentada desde a origem. Aquando do aparecimento na cena europeia de apátridas e refugiados[3], dá-se uma introdução simultânea, na ordem jurídica de muitos estados europeus, de normas que permitem a desnaturalização e a desnacionalização em massa dos seus cidadãos.

Neste quadro, os Direitos do Homem, que na origem mais não eram que o pressuposto dos Direitos do Cidadão, destacam-se progressivamente destes e são utilizados cada vez mais fora do contexto da cidadania com o suposto fim de representarem e protegerem uma vida cada vez mais excluída para as margens do Estado-Nação para depois ser recodificada numa nova Identidade Nacional. Agamben faz uma ligação entre o carácter contraditório destes processos e o falhanço de organismos como a Sociedade das Nações e, mais tarde, a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja actividade não pode ter, segundo os estatutos, carácter político, mas "unicamente humanitário e social". O refugiado aparece então como conceito-limite que põe radicalmente em causa relações estruturais do Estado-Nação como nascimento-nação e o hiato/coincidência entre homem e cidadão.

> "A separação entre humanitário e político, que estamos hoje a viver, é a fase extrema da separação entre os direitos do homem e os direitos do cidadão. As organizações humanitárias, que cada vez mais

> fazem concorrência aos organismos supranacionais, não podem, no entanto, em última análise, senão incluir a vida humana na vida nua ou na vida sagrada mantendo assim, involuntariamente, uma secreta solidariedade com as forças que deviam combater.(...) Os "olhos implorantes" da criança ruandesa, cuja fotografia se queria exibir para fazer dinheiro, mas que "está agora a tornar-se difícil encontrá-la viva", são o sinal talvez mais pregnante da vida nua no nosso tempo, de que as organizações humanitárias têm necessidade de maneira exactamente simétrica ao poder estatal."

Resta saber se, como a realidade parece fazer suspeitar, ser cidadão de um determinado Estado tem mais valor que sê-lo de um outro, e qual a escala de valores desta pertença...

Ana Maria Bigotte Vieira

[1] Em Portugal, os “centros de Instalação Temporária” surgem pela mão do actual Presidente da República e então Primeiro Ministro Aníbal Cavaco Silva. A Lei Nº34/94 vem impôr, segundo o Nº 1 do Artº 3, a instalação nestes centros como “medida detentiva determinada pelo juíz competente, com base num dos seguintes fundamentos: a) Garantia do cumprimento da decisão de expulsão; b) Desobediência a decisão judicial de apresentação periódica; c) Necessidade de assegurar a comparência perante a autoridade judicial. Nos primeiros anos, os dois únicos centros de detenção para imigrantes em situação irregular localizaram-se nos aeroportos de Lisboa e do Porto. Contudo, uma reportagem que denunciou as más condições de vida dos detidos do centro do Porto, levou as autoridades governamentais a criar um novo centro de detenção. Em 2006, é inaugurada a Unidade Habitacional de Santo António, sob tutela do Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF), e com a participação dos Serviço Jesuíta de Refugiados e de outras organizações, como os Médicos do Mundo. Conscientes do paradoxo das suas funções - prender pessoas cujo único “crime” cometido foi escapar a uma vida pobre e miserável -, as autoridades decidiram empreender todo um novo conjunto de práticas, supostamente destinadas a tornar o encarceramento mais agradável: paredes pintadas com cores bonitas, espaços de convívio, visionamento de filmes e até aulas de yoga. Porém, com cores bonitas ou não, a sua função básica continua a ser a mesma: criminalizar a vida humana, mediante o cumprimento de leis que reforçam fronteiras e dividem as pessoas com base na sua cor, no seu território de origem e nas suas qualificações. A algumas a sua existência será tolerada. A outras não.

[2] In H. Arendt, *Essays in understanding* 1930-1954, Nova Iorque, 1994, p.299.

[3] É-nos aqui referido o facto de num “breve período de tempo deixarem ao seu país 1 500 000 Russos brancos, 70 000 Arménios, 500 000 Búlgaros, 1 000 000 de Gregos e centenas de milhar de Alemães, Húngaros e Romenos)

Fronteiras, migrações e cidadania[1]

1. Prólogo

Na introdução a *Border Devices*, uma exposição apresentada em Módena (Itália) durante o Festival de Filosofia, os organizadores defenderam que a proliferação de confins, a sua prismática decomposição e recomposição, constitui o outro lado da globalização. E acrescentaram: o sonho de um espaço totalmente fluido e transitável é talvez a última utopia do século XX. A suavidade característica do espaço contemporâneo dissolve-se, porém, mediante um olhar mais próximo. Um dos resultados mais imediatos dos movimentos e das interligações globais, parece ser a proliferação de confins, sistemas de segurança, checkpoints, fronteiras físicas e virtuais. É um fenómeno visível, quer a nível microscópico, nos territórios em que nos movimentamos no dia-a-dia, quer a nível macroscópico, nos fluxos globais: os confins estão, de facto, por todo o lado. São convencionais e geográficos, abstractos e reais, óbvios e contestáveis. Uma análise global desta combinação de fluxos (de pessoas, produtos, ideias...) e de restrições sobre um determinado território revela uma complexidade de identidades individuais e colectivas que são, simultaneamente, construídas e fracturadas pela experiência de atravessar os confins.

2. O conceito clássico de confim

Este texto baseia-se num conjunto de investigações sobre os movimentos migratórios contemporâneos e num trabalho que incidiu sobre a história conceptual da cidadania moderna europeia e ocidental. Um trabalho que evidenciou como, ao longo da história, se verificou uma alteração conceptual – por mim definida como confins da cidadania

– e cujo valor extrapola o que podemos comodamente definir como dimensão geopolítica, ou o conjunto de modelos através dos quais o indivíduo foi imaginado e construído como cidadão. O ponto de partida é a noção clássica de confim, que tem origem na Alemanha, entre os séculos XIX e XX, e que assenta nos desenvolvimentos contemporâneos da geografia política e da doutrina geral do Estado. A relação entre território e Estado é simbolizada pelo título da primeira parte do grande tratado de geografia política, publicado por Ratzel em 1897: cada Estado, como se pode ler no início desta obra, é uma porção da humanidade e uma porção de território. O homem é impensável sem terra, e ainda menos o é a sua maior obra neste planeta, isto é, o Estado.

O próprio Ratzel enfatiza a convergência desta ideia de Estado com a definição de soberania como *jus territoriale*, elaborada durante os mesmos anos. Em *Allgemeine Staatslehre*, de George Jellinek (1900), o carácter unitário do território do Estado é – juntamente com a concomitante unidade do povo e do poder – um dos três elementos essenciais que concorrem na mesma definição de Estado. Neste quadro, a definição de confim é pouco problemática: é a abstracção que permite delimitar o processo dinâmico de expansão da forma política de povo, ou o limite do âmbito territorial de legitimidade do poder do Estado (Jellinek). Numa diferente tradição, Lord Curzon afirmou, em 1908, que a integridade dos confins é a condição de existência do Estado, o sinal visível da distinção entre interno e externo, única garantia de ordem e paz. Lord Curzon depressa concluiu que os confins são a lâmina de barbear sobre a qual assentam as questões da guerra e da paz.

É importante encarar a arquitectura geopolítica e jurídica organizada em torno do conceito de confim, como a base a partir da qual se desenvolveu a história das migrações na Europa entre os séculos XIX e XX. A conceptualização do confim, e a clara e garantida distinção entre interno e externo, foi a condição que permitiu que se formassem determinados sistemas migratórios e uma relativamente ordenada geografia das migrações internacionais. Poderia replicar-se que este pressuposto conduziu quase sempre a uma representação pacífica e idílica das migrações na Europa, esquecendo aquilo que Saskia Sassen definiu como o cone de sombra da história da Europa, na qual massas de indivíduos deportados, erradicados e errantes, vivem em terras estrangeiras, em países que não reconhecem a sua pertença. Mas, para uma reconstrução tipológica que venha enfatizar as peculiaridades da situação contemporânea, é talvez mais relevante observar como esta arquitectura começou a oscilar naqueles pontos onde o pressuposto de uma co-pertença de Estado e território se apresentava mais problemático: nos territórios sulcados de linhas de fractura nacionais, étnicas, linguísticas; como nas províncias prussianas orientais, nos anos 90 do século XIX ou na crise dos refugiados após a Primeira Guerra Mundial (de acordo com a clássica análise proposta por Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo*).

3. Exceder os confins

Reavaliando algumas indicações de Carl Schmitt (*O Nomos da Terra*, 1950), podemos afirmar que a arquitectura a que fizémos referência se fundava na existência do que se poderia designar de metaconfim: ou seja, aquilo que dividia as terras europeias – mais tarde, ocidentais – das terras abertas à conquista colonial. Neste sentido, faço minhas

as palavras de Etienne Balibar: a Europa é o ponto a partir do qual todas as partes do mundo foram traçadas por linhas de confim, uma vez que é a origem do próprio conceito de confim e, por esta razão, o problema dos confins da Europa é sempre coincidente com o da organização política do espaço mundial.

Duas consequências de particular importância derivam deste fenómeno: em primeiro lugar, desenvolve-se todo um campo de estudo e investigação sobre a função do confim no mundo colonial, instituindo inéditos paralelismos entre o colonialismo e o desenvolvimento de movimentos anti-coloniais ao longo do século XX; em segundo lugar, se assumirmos como hipótese que o presente se caracteriza pela regressão do metaconfim, é então provável que alguma *disjecta membra* do colonialismo (a distinção entre cidadão e sujeito, por exemplo) se reproduza dentro das antigas metrópoles.

Deste ponto de vista, é possível desenvolver a ideia de que a proliferação de confins constitui o outro lado da globalização, isto é, que a globalização se caracteriza, não pelo desaparecimento dos confins, mas sim pela crise de ligação entre Estado e território que, como vimos, constitui o pressuposto conceptual da definição clássica de confim. O confim já não separa univocamente o espaço da cidade, do seu exterior, mas decompõe-se de modo prismático, reproduzindo-se no interior da cidade e projectando-se em direcção ao seu exterior. O Espaço está desarticulado, como reconhecem os mais especializados geógrafos. Ao mesmo tempo, o cariz unívoco da definição geopolítica de confim é colocado em discussão, e outras noções do conceito – culturais, simbólicas ou cognitivas – assumem o primeiro plano nos trabalhos políticos sobre a fronteira.

4. Migrações globais

É minha convicção que os movimentos migratórios contemporâneos nos permitem precisar esta tese, demonstrando a intensidade das tensões e conflitos deste duplo movimento de decomposição e recomposição dos confins. Não esquecendo os elementos de continuidade entre os movimentos migratórios dos últimos anos e as migrações de há um século atrás, é necessário enfatizar os seus indiscutíveis elementos de novidade: multiplicação dos modelos migratórios, forte aceleração dos seus fluxos, aumento da complexidade da sua composição (por exemplo, com um forte incremento da participação feminina) e a crescente não previsibilidade das suas direcções.

O que cada vez mais caracteriza os movimentos migratórios é a sua turbulência. Ela torna-se notória na reconstrução da geografia dos êxodos populacionais contemporâneos: durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, isolar os fluxos dominantes – cada um com o seu ponto de partida e de chegada, traços definidores de sistemas migratórios precisos – assumia-se como uma tarefa bastante fácil; pelo contrário, hoje em dia os fluxos partem de todas as partes, e cada tentativa de representar graficamente o fenómeno migratório acaba num xeque-mate – a menos que se o queira representar como uma espécie de prato de esparguete.

As investigações internacionais atravessam uma crise dos modelos hidráulicos de análise das migrações, centrados unicamente – tanto na sua versão neoclássica, como na sua versão neomarxista – nos factores *push and pull*, determinantes da escolha de imigrar ou não: cada vez mais, é impossível reduzir os movimentos migratórios a

esquemas fundados em elementos objectivos, ou seja, o excesso dos comportamentos subjectivos ultrapassa as mais evidentes e objectivas motivações para imigrar. Enquanto no plano analítico se verifica uma atenção crescente em relação aos papéis das redes familiares e comunitárias na determinação de todo o processo migratório, no plano das políticas migratórias, a utopia do pleno controlo e do governo absoluto dos fluxos permite a relevância de quadros de análise como a dos actores em cadeia. Esta tenta analisar o imprevisível – qualidade inerente a conceitos como o de excesso ou de turbulência – a partir de uma abordagem contingente e oportunista.

5. Estudos de fronteira

Convém ter em conta a relação que as novas características dos movimentos migratórios têm com o confim. Os *Border Studies*, desenvolvidos nos Estados Unidos, consagram uma contribuição particularmente relevante, nomeadamente através das investigações realizadas (etnográficas, geográficas, sociológicas, jurídicas,...) na fronteira entre o México e os Estados Unidos. Estas destacaram o processo de hibridação que a experiência da fronteira provocou nos imigrantes mexicanos e chicanos[2], que consistiu essencialmente no contínuo êxodo de confins identitários. Como afirmou José David Salazar: o confim entre Estados Unidos e México é um paradigma do atravessar, da circulação, da mistura material e da resistência.

No início do livro de Gloria Anzaldúa – uma referência no âmbito dos *Border Studies* – pode-se ler: “ O confim, este lugar de contradições, não é um território confortável para viver – ódio, raiva e exploração são as características preeminentes desta paisagem. Esta é a minha

casa, esta subtil borda de arame farpado", escreveu a escritora e poetisa chicana. Retornando de imediato à prosa, "o confim entre os Estados Unidos e o México é uma ferida aberta, onde o Terceiro Mundo se desencontra do Primeiro e sangra." A sua tese de que a fronteira constitui um terceiro espaço acabou por nutrir uma nova ortodoxia nos *Border Studies*, tendo igualmente sido exposta a uma crescente crítica pelos seus enfoques estetizantes – em particular, convém referir – por parte de investigadores mexicanos. Na minha opinião, livros como o de Anzaldúa, para além de serem leituras fascinantes, captam alguns elementos da realidade e representam um saudável desafio ao essencialismo cultural, propagado pelo discurso científico e – num senso comum – relacionado com o multiculturalismo. Pode aceitar-se o convite de Pablo Vila e revisitar a teoria da fronteira, colocando o acento sobre a ambivalência e a dialéctica incorporados na experiência dos migrantes de *border crossing* e *border reinforcing*.

Esta ambivalência, que tentei enfatizar mediante a distinção entre confim e fronteira, aparece de uma forma mais óbvia num dos campos de estudo de migração mais inovadores dos últimos anos: o do transnacionalismo. A tendência dos movimentos migratórios contemporâneos para a construção e multiplicação de espaços sociais transnacionais – contribuindo para uma contínua remistura do mapa geográfico do planeta – não pode ser negada. De referir igualmente as potencialidades introduzidas por esta tendência na reflexão sobre a cidadania. No entanto, uma leitura meramente estetizante do transnacionalismo seria incapaz de captar a sua profunda ambivalência: a reprodução nos espaços transnacionais de velhas e novas hierarquias de classe e género.

Para analisar a metamorfose da fronteira no contexto dos processos de globalização não é indispensável a remissão à fronteira entre os Estados Unidos e o México: a Europa, precisamente, constituiu um excelente estudo de caso. Nesta, um novo regime de controlo fronteiriço, legitimado pela retórica da necessidade de uma resposta à imigração clandestina, está a tomar forma. É um regime flexível e uma geografia variável que, mais do que consolidar as muralhas de uma fortaleza e, logo, demarcar uma rígida linha entre dentro e fora, parece apontar para a gestão de um processo de inclusão diferencial da população migrante. O novo regime de fronteiras de que falo constitui um regime de exercício da soberania estruturalmente híbrido, cuja definição e funcionamento é realizada pelos Estados-Nação; por formações pós-nacionais, como a União Europeia; pelos novos actores globais, como a Organização Internacional das Migrações; agentes privados, como as companhias aéreas ou Organizações Não-Governamentais com fins humanitários.

Penso que estes factos concordam com o que escreveu recentemente Enrica Ringo: a progressiva desterritorialização dos confins externos e internos da pólis europeia torna o seu espaço jurídico descontínuo e expõe uma soberania compartida entre actores distintos, tanto públicos como privados. Por desterritorialização deve entender-se tanto o êxodo de funções típicas do controlo dos confins – e mais para além delas (basta pensar no que tem vindo a ocorrer durante estes meses na Líbia, mas também no que sucede quotidianamente no Mediterrâneo, atravessado pelo que o Conselho Europeu de Novembro de 2007 definiu como confins virtuais, coincidentes, em última instância, com as embarcações que transportam os migrantes), como a disseminação de essas mesmas funções dentro do espaço que o confim deveria

delimitar (como os centros de detenção para migrantes a aguardar expulsão, existentes em quase todos os países). Em geral, e de outro ponto de vista, a fronteira prolonga a sua acção em direcção ao interior da cidade: reafirmando a tendência que produz uma pluralidade de posições jurídicas diferenciadas no interior da cidadania.

6. Conflitos de cidadania

Esta tendência, exemplificada de um modo eficaz (e frequentemente dramático) pelos migrantes, tem um papel essencial no processo de constituição material da cidadania europeia, bem como no funcionamento do mercado de trabalho dos diversos países europeus. Tanto que hoje em dia o confim pode ser considerado como um dos pilares fundamentais da reorganização da cidadania e do mercado de trabalho. Estes fenómenos são habitualmente analisados pela literatura sociológica sob o rótulo da exclusão, embora me pareça mais correcto falar de inclusão diferencial, uma vez que a anterior categoria corre o risco de provocar alguma distracção, caso se assuma o seu significado literal.

Estudar o processo de formação da cidadania europeia partindo de uma análise que privilegia os seus confins, permite-nos compreender as profundas transformações que afectam a semântica e as formas de inclusão. Embora, este ano, as políticas de controlo dos confins da UE estejam retoricamente organizadas em torno do objectivo de bloquear os movimentos de refugiados e fugitivos, o seu efeito não resultou no hermético encerramento dos confins. Mais do que à construção dos muros de uma fortaleza, assistiu-se à dispersão de um sistema de diques, de mecanismos de filtragem e a uma gestão selectiva da

mobilidade. Como a propósito do confim entre os Estados Unidos e o México foi mencionado, podemos afirmar que as políticas de controlo dos confins externos europeus acabaram por determinar um processo activo de inclusão do trabalho migrante, mediante a sua ilegalização.

Quero acrescentar que uma análise da cidadania não pode limitar-se à sua definição jurídico-institucional. As investigações dos últimos anos permitem-nos compreender o quão importante é considerar as práticas sociais dos movimentos e os comportamentos subjectivos – mesmo quando inscritos numa esfera institucional –, como elementos definidores da cidadania, podendo colocá-la em causa (forçando, em particular, os seus confins). Deste ponto de vista, os mesmos movimentos migratórios contemporâneos podem ser considerados como transversais e constituídos por um complexo conjunto de reivindicações subjectivas de cidadania que quotidianamente contestam os confins da cidadania europeia. E esta volta assim, mais do que ilusão doméstica, a ser um espaço de conflito.

Sandro Mezzadra

Traduzido do espanhol e do inglês por José Nuno Matos, a partir de textos incluídos no livro *Fadaiat, libertad de movimiento + libertad de conocimiento* (Sevilla, Ed. Fadaiat, 2006). Por motivos de espaço, a tradução não inclui referências em notas de rodapé.

[1] Cidadão norte-americano de ascendência mexicana.

Todos somos migrantes

Tu que passas e te esqueces de que todos nós aqui estamos de passagem, tu que segues em frente sem te virares para trás porque essa é a ordem que te gritam, tu, meu conterrâneo, meu contemporâneo, deves ser, podes decerto ser, filho, pai, neto, avô, vizinho, amigo, de um, dois, dez ou mais migrantes. És descendente ou progenitor, serás porventura antepassado, de alguém que, ao olhar o monte, ao olhar o oceano, quis, quer e quererá ir ver do outro lado. A terra portuguesa que pisas sempre foi terra de partidas. E de partidas dolorosas. Porque o pão-nosso de cada dia, implorado em rezas, conquistado pelo suor do rosto, aqui amiúde escasseou, aqui tem sido mal repartido. Porque fomos ilha orgulhosamente só e submissa, governada por tiranos de toda a sorte. Porque fomos desgovernados com o nosso cobarde consentimento.

Tu que passas ao lado desse outro grito que te haveria de varar de cimo abaixo, pára agora uns instantes para pensar. Como pode um português – seja ele mísero, remediado ou abastado – ignorar o destino dos que aqui chegam em busca de porto de abrigo, em busca de trabalho sem olhar ao esforço e aos maus-tratos, em busca de um lugar à sombra enquanto o sol não nasce para todos?

Os marroquinos que as autoridades portuguesas expulsaram pela calada da noite, depois de lhes terem arrancado cinicamente o perigoso segredo da sua travessia clandestina, são uma parte de ti, uma parte da tua história. E não me venhas com histórias de que não tens história, de que a história são os outros que a escrevem, de que já não há história e de que vivemos agora na eterna capitalização do nosso pequenino contentamento.

O teu coração ficou fechado naquele camião frigorífico que, atravessando a tarde ardente de Castela, transportava um transmontano para os rigores da cidade luz? O teu coração ficou enterrado no caixão de pinho de um soldado analfabeto com terra nas botas que foi matar «turras» para uma Angola-é-Nossa e nem percebeu de que lado chovia a fúria das balas?

Mostra que não tenho razão. Mexe o rabinho (todos temos um), mexe as perninhas (não as da marioneta, as tuas), mexe os cordelinhos (se gozas do privilégio de ter nas mãos algum fio da meada). Mexe-te para mostrar que não estás de acordo com a maneira chocante como um bando de tristes executantes aplicam os ditames de uma Europa colada a cuspo e que por isso escarra desprezo e ódio naqueles que, mãos vazias, bolsos rotos e coração aos saltos, à sua porta se apresentam.

Regina Guimarães

Texto distribuído na concentração *Por um Mundo sem Fronteiras* no Porto a 9 de Fevereiro e 2007.

A lusofonia é uma bolha

Era um mundo novo / Um sonho de poetas
Ir até ao fim / Cantar novas vitórias / E erguer, orgulhosos, bandeiras / Viver aventuras guerreiras / Foram mil epopeias
Vidas tão cheias / Foram oceanos de amor
Já fui ao Brasil / Praia e Bissau / Angola, Moçambique
Goa e Macau / Ai, fui até Timor
Já fui um conquistador
Era todo um povo / Guiado pelos céus / Espalhou-se pelo mundo
Seguindo os seus heróis / E levaram a luz da tortura
Semearam laços de ternura
Foram dias e dias e meses e anos no mar
Percorrendo uma estrada de estrelas a conquistar

Da Vinci, *Festival da Eurovisão*, 1989

A África é algo mais do que uma terra a ser explorada; a África é para nós uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande Estado.

Marcelo Caetano, 1935

No meio das convulsões presentes, nós apresentamo-nos como uma comunidade de povos, cimentada por séculos de vida pacífica e compreensão cristã, irmandade de povos que, sejam quais forem as suas diferenciações, se auxiliam, se cultivam e se elevam, orgulhosos do mesmo nome e qualidade de portugueses.

Salazar, 1933

1. Felizmente há vozes, muitas e plurais, que reflectem sobre o significado de enunciados aos quais certos discursos e políticas, culturais e outras, recorrem para erigir um imaginário e suposto património transnacional – o espaço lusófono - que resulta da experiência imperial e colonial, legitimado por uma espécie de excepção moralmente aceitável do colonialismo português e que se inscreve, ontem e hoje, numa ambição de universalismo . Para além de trabalhos que se dedicaram a desconstruir este discurso, a minha vivência em países africanos de língua portuguesa[1] e alguns amigos migrantes, por vontade e necessidade, confirmaram-me o que pressentia: a lusofonia reverbera o passado colonial, as pessoas relacionam-se e interessam-se pelas histórias uns dos outros mais forçosamente dentro do contorno desta "comunidade imaginada", que nem por isso lhes facilita as condições de vida e, a existir projecto lusófono, em não poucos aspectos, tem falhado redondamente.
Por um lado, o problema de base: a criação de um discurso político que prolonga as relações de dominação[2] provindas do tempo colonial, por outro, este mesmo discurso dissemina-se no mundo real contendo em si a sua própria disfuncionalidade.
A expressão que ouvi num congresso de literatura pós-colonial –"bolha lusófona" – usada pela professora italiana Lívia Apa para ilustrar a literatura do espaço lusófono, pareceu-me a metáfora certa: uma coisa pequenina que protege, sem arestas, inflamada e pronta a rebentar a qualquer momento. Fechada para o seu umbigo, não querendo ver nada mais, assim é a lusofonia.

2.

> *É uma ponte que se constrói, uma ponte que une as margens distintas das identidades culturais de cada um dos países de língua oficial portuguesa, uma ponte que pretendemos inscrever no nosso imaginário colectivo, num encontro cultural único, que amplie o nosso olhar sobre os outros e sobre nós próprios, fortalecendo indelevelmente os laços que nos unem e a nossa forma de estar no mundo.*
>
> Jorge Couto, ex-presidente do Instituto Camões,
> a propósito de uma publicação durante a Expo 98

A lusofonia poderá ser o conjunto de identidades culturais existentes em países, regiões, Estados ou cidades em que as populações falam predominantemente língua portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Macau, Timor-Leste e diversas pessoas e comunidades em todo o mundo. Haverá entre estes países lusófonos relações privilegiadas – na cooperação política e económica (situação prodigiosa de unir as duas margens do Atlântico), na educação e nas artes – grandes criadores que manejam a língua de forma criativa, inventam outras pátrias de Camões, contribuindo com a sua obra para ampliar a interculturalidade lusófona: Pepetela, José Craveirinha, Saramago, Jorge Amado, Luandino Vieira e tantos outros.

Essa delimitação imaginária será geográfica, de poder, de identidade, de descrição comum, mas é, antes de mais, um projecto, uma construção artificial, como são todas as fronteiras, nações e conjuntos de nações.[3] Neste espaço, que se convencionou chamar de 'lusófono', partilha-se a mesma língua nas suas várias recriações. É certo e fantástico: viaja-se

numa floresta tropical, no rio do Amazonas, nas montanhas de Díli, numa estrada da Huíla e podemos conversar em português, vamos a um café em Bissau ou a uma esplanada em Cabo Verde e podemos ler o jornal na nossa língua (ainda que nem sempre em português nos entendamos, pois para muitos a língua oficial é uma língua estrangeira).

Mas que identidades culturais partilham estes países para além da especificidade da língua (que já é muito) e do principal destino de emigração ser a antiga metrópole? Porque têm de ser tomados em conjunto, como um pacote de países, estas diferentes culturas a quem aconteceu terem sido esquartejadas em países colonizados pelo mesmo poder central? E de que se trata quando se pretende fortalecer a "nossa forma de estar no mundo"? Que olhar é esse nosso olhar? Quem é este nós? À partida um 'nós' é feito de coisas muito diversas e, se referido ao português, devia ser o oposto de um motivo de orgulho.

A lusofonia depende da "narração de uma certa história da colonização portuguesa, que justifica um certo presente" (como referiu António Tomás, explicando como era necessário contar histórias alternativas, por exemplo a de Amílcar Cabral[4]), pois se o presente se faz da reaplicação de narrativas fundadoras, quase todas aleatórias e/ou construídas, e de interpretações da história, se as histórias forem outras o presente implicitamente o será. Mas até agora o que existe são estes discursos ancestrais que passaram, com uma nova maquilhagem, a ser 'senso-comum'. A lusofonia, apesar de actualizar o passado colonial e protelar o imaginário imperial, não é incomodativa porque se revestiu de um discurso arejado, menos chato do que a celebração dos descobrimentos, ainda que dela se alimente. E a retórica da

interculturalidade - como a Expo 98, o actual Ano Europeu do Diálogo Intercultural e outras efemérides - dá-nos a sensação de estarmos num espaço que se pretende politicamente correcto e preocupado com as questões fundamentais, aliás, de como viver com o Outro. Porém, tal discurso contém os seus perigos quando "manifesta um desejo utópico de retratar a história e as relações entre diferentes comunidades ao nível global, como sendo uma relação sem poder, sem conflito." (Vale de Almeida, 1998: 237) Ou seja, tende a elidir o processo marcado pelo conflito e pelas relações de poder, retrabalha o passado de forma celebratória e não problematizante.
Precisamos pois de perceber melhor o que está por detrás de todos estes discursos - produzidos de acordo com as políticas e ideologias mais viáveis - no sentido de "evitar a recepção acrítica de tendências particulares, evitando assim que estas sejam apressadamente generalizadas ou universalizadas" (Sanches, 2007: 10), e no interesse de pensar mais pelas dúvidas do que pelas certezas vinculadas na narrativa da História.

Refiro-me à lusofonia (discurso oficial e práticas) no enfoque da relação Portugal / países africanos de língua portuguesa. O caso do Brasil (na sua dimensão continental) ou de terras asiáticas são fenómenos diferentes embora enquadrados na mesma lógica.

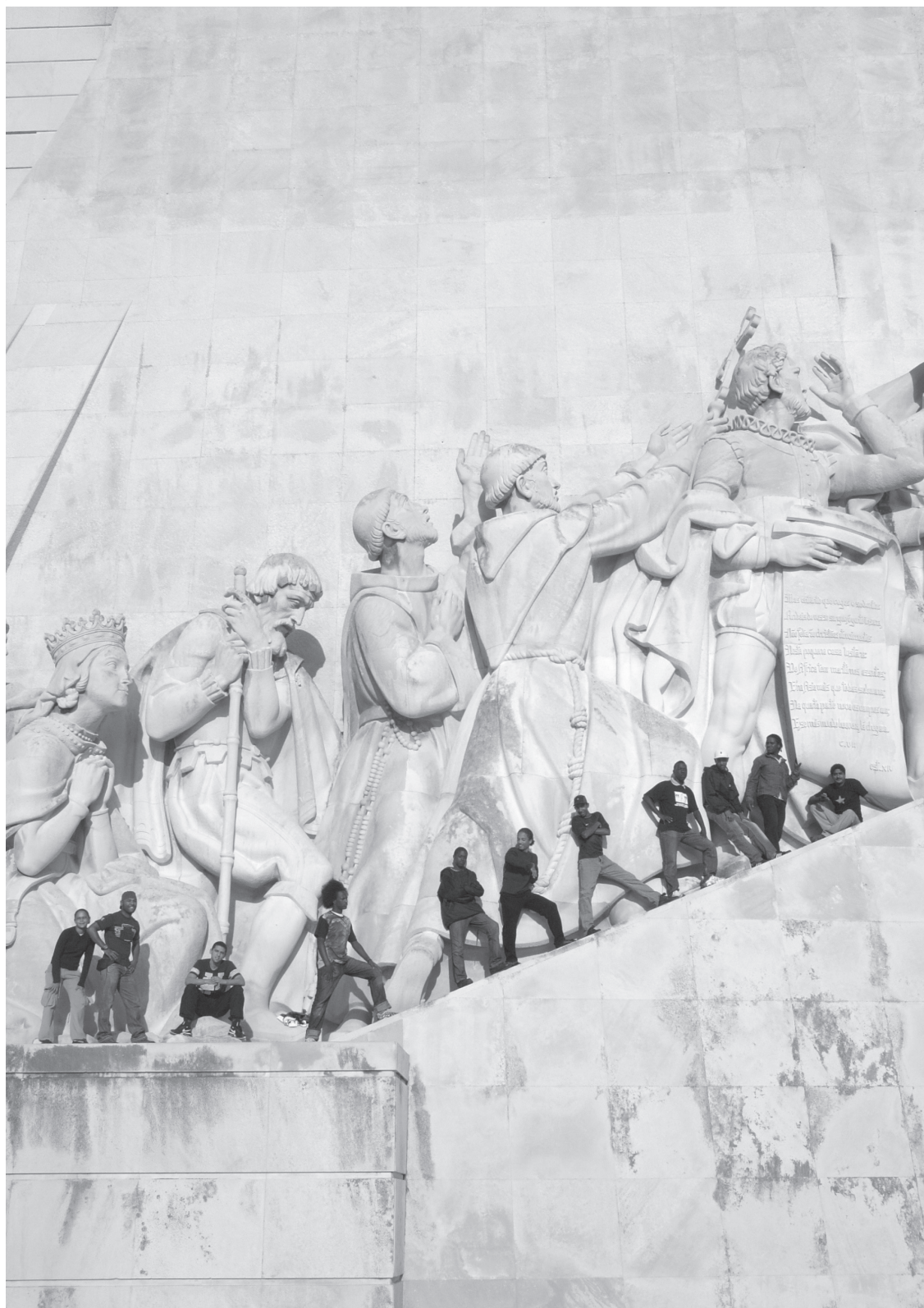
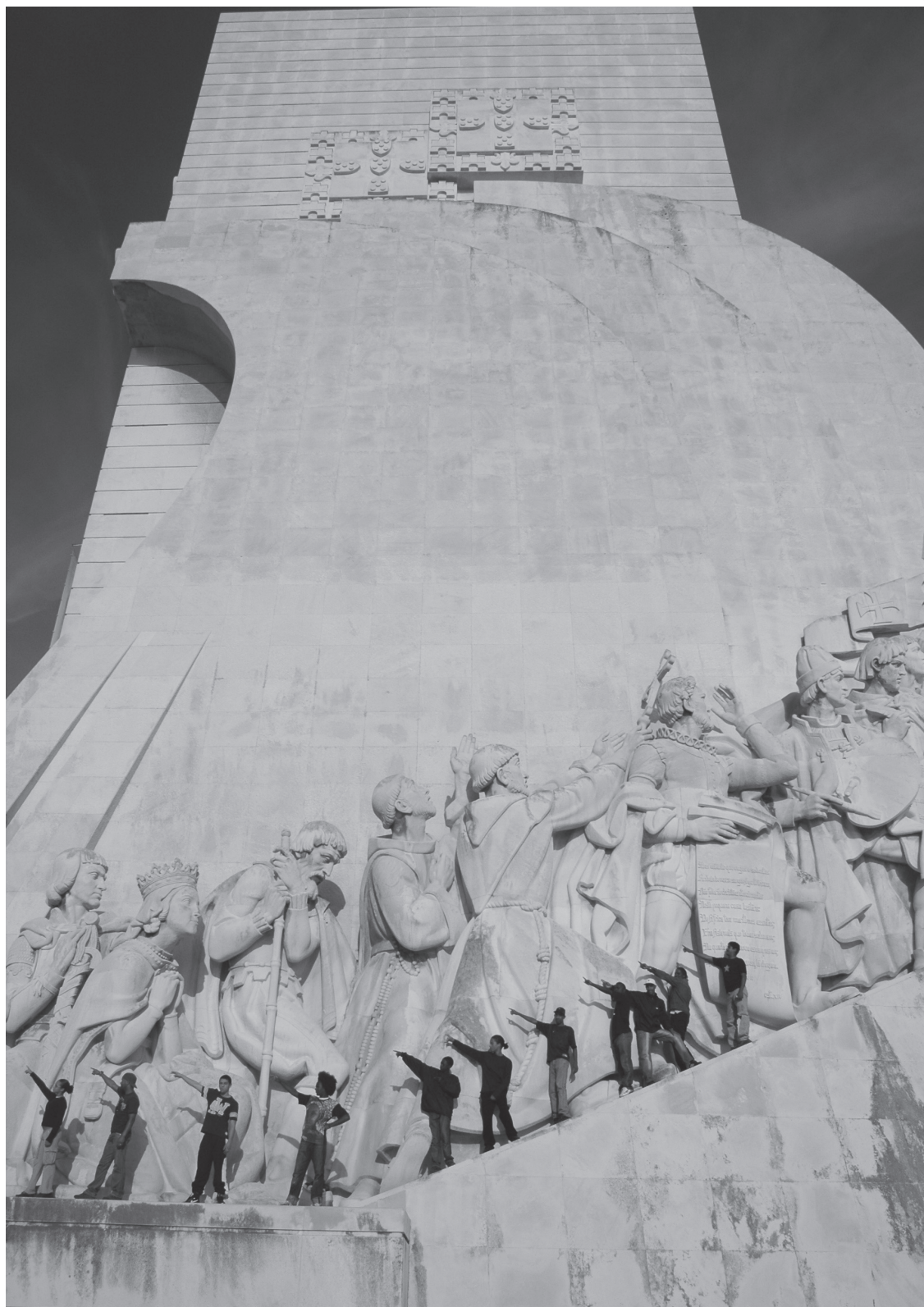
A designação de PALOP, uma vez mais, é também um abstracto conjunto resultante da cartografia imperial. Sabemos bem como estes países visados contêm no seu seio inúmeras particularidades, já internamente vítimas da hegemonia contra as suas outras nações dentro do conceito de Estado-Nação. E note-se que, neles, a língua

portuguesa foi uma ferramenta que "devia servir para produzir novas nações (e não apenas novos países) criando identidades unificadas contra etnicidades precedentes. A língua portuguesa não era uma língua nacional mas uma língua de unidade nacional."[5]

3. Para se pensar o Portugal pós-colonial, no seu contexto europeu, atlântico, mediador entre África e Europa, deve equacionar-se que, como em toda a Europa, o regresso de capitais e pessoas do 'antigo império' reconfigura a identidade nacional e devolve a sua imagem, como sempre se operou, por confronto (a Europa reafirma-se em confronto com a não-Europa, o Ocidente com o Oriente, etc). Este processo especular evidencia a complexidade de alguns laços do passado (Sanches, 2006: 8). As relações de hoje cá dentro foram, numa certa perspectiva, as de ontem lá fora e as relações lá fora são também o que foram no passado. Assim, é importante descortinar a origem destas relações e perceber o confronto histórico, e afectivo, entre ontem e hoje, para não vivermos esta história do lado nostálgico neo-colonialista e para chegarmos à verdadeira interculturalidade (contra a homogeneização das culturas).

Constatamos que, apesar da manifesta (e não retórica) dificuldade de análise do passado colonial (um tabu social ou, do ponto de vista da lusofonia, um orgulhoso reavivar), este está muito presente nas vivências, nas redes de poder, na forma de relacionamento, no trato, nas mazelas psicológicas dos ex-combatentes da guerra colonial, no *input* que os retornados deram à economia portuguesa, e tantas outras questões que sustentam o presente. Há que pensar a fundo este período e ligar as peças com a actualidade. Como sugere Paul Gilroy,

no caso português deve pensar-se nomeadamente a "crucial ligação entre a descolonização e a instauração da democracia. A relação entre governo colonial e o fascismo na metrópole." (Gilroy, 2007:179) Possivelmente, qualquer coisa acontece nesse domínio, surgem documentários (como *A Guerra* de Joaquim Furtado), livros (alguns ideologicamente duvidosos), debates no espaço público, testemunhos, e por vezes uma oca expressão de saudosismo (o regresso a uma África mistificada onde se foi tão feliz).

4. Todo o discurso da lusofonia assenta numa ideia de excepção do colonialismo português. O facto de Portugal ter sido o "colonizador colonizado" (Sousa Santos: 2002), simultaneamente Caliban, na sua condição periférica e de fraqueza perante as potências europeias, e Próspero para as colónias, ou seja, um próspero calibanizado, figura intermediária e crioulizada, parecia resultar numa maior aproximação entre os povos. "As operações coloniais portuguesas, como salientou Roger Bastide, não optaram pela cruz, nem pela espada, mas antes pelo sexo." (Alfredo Margarido, 2007) O acto de miscigenar, que acontecia uma vez que não havia capacidade demográfica para povoar, foi, no contexto dos outros colonialismos, uma característica de excepção dos portugueses. Mas ao fazermos uma viagem ao tempo colonial percebemos que não eram assim tão amistosas estas relações multirraciais, nem tão harmonioso o produto da miscigenação e longe do sentido libertário e transgressivo que Homi Bhabha confere à hibridez. Desde a violência sexual, os filhos bastardos de colonos tornados capatazes nas fazendas, aos privilégios dos assimilados - se abdicassem dos seus costumes africanos, em nome de acreditar num só Deus, na monogamia e nas práticas descriminatórias -

tudo foi praticado na base da imposição, mascarando a exploração. Portanto, a miscigenação, que aliás abranda no século XX não havendo a assinalar muitos casamentos mistos, é um desses mitos persistentes, tudo foi tendo ganho (a mestiçagem) valor de classe, preservada até hoje com a conotação de um processo em vias de 'melhorar a raça'.

No fundo, assinava-se a violência colonialista na fantasia de se cumprir uma missão 'civilizacional'. E quando se defende este lado da 'excepção' do colonialismo português (que a lusofonia pratica ao enfatizar o saudável encontro de culturas com o mesmo vínculo colonial) dá-se continuidade à deslocação do problema.

Neste sentido, encontramos uma relação com a politização do luso-tropicalismo cujo objectivo era deixar o eixo da cultura europeia nos territórios (o Brasil, expoente máximo da mulatagem). O discurso actual das políticas integradoras, tal como antigamente, educa nos valores da tolerância racial e dos direitos humanos, mas não dispensa as restrições - se te tornares bem comportado e enquadrado nos códigos europeus, se te aportuguesares (nos estudos, nos modelos de família, no sotaque afinado, excepção feita para as coisas divertidas, como dança e música onde convém manter os hábitos 'tradicionais', também eles discutiveis). Ontem como hoje, tenta-se educar, já não os colonizados, mas os habitantes das cidades lusófonas. Interessa persistir nesse mito das boas relações, mas sem efectividade, porque nos autocarros, nas escolas, nos prédios, nas noites, no poder, deparamo-nos com inúmeras situações de desigualdade, exclusão social e racial, deslizes de linguagem cheios de preconceitos (e pudor, como a fórmula disparatada de se chamar africanos aos negros, mesmo que se trate de

um negro português), na comunicação social e no senso-comum e, muitas vezes, nos meios mais esclarecidos.

O discurso da lusofonia dá continuidade a estes duplos critérios, simula a auto-imagem dos portugueses como "povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecunémica", universalista e imune ao racismo, com a sintonia cultural e afectiva de um nacionalismo integrador que, como lembra Cláudia Castelo (2007), "na prática, pode servir para caucionar a debilidade de políticas públicas contra o racismo e a descriminação e promotoras da integração dos imigrantes e das minorias étnicas, na escola, no emprego e no espaço público".

5. Outro logro é "a ênfase (ser) colocada naquilo que os portugueses deram aos outros – uma dádiva do seu sangue e cultura – e não tanto no que receberam." (MVA) sem atender ao que se ganhou nessas incursões, a nível económico e cultural, tendo apenas em conta o que acontece hoje, podemos avançar precisamente o contrário. Se em Portugal a língua, a cultura, o trabalho, as atitudes, a própria população nos seus baixos índices de natalidade, foram renovados, é em grande parte devido ao que esses tais "outros", imigrantes ou não, têm vindo a oferecer, numa africanização que ganha contornos subconscientemente.

Porém, haverá mesmo permeabilidade da parte dos portugueses para assimilar coisas que vêm "de fora", ainda que estejam cá dentro? Que laços estão criados?

A lusofonia, no mundo pós-colonial, funciona como uma descarga de consciência, em que Portugal, numa estreita relação entre nação e império, se sente responsabilizado pelos países dos quais foi colonizador, e actua como centro, desfasado e anacrónico pois já nem o Velho Continente é centro na nova ordem global.

Não é demais lembrar que o discurso multicultural da lusofonia se baseia na lógica do 'nós e os outros', os hospedeiros e os hóspedes, os que partem e os que acolhem. Tal como se trata a migração como um fluxo e uma estatística, esquecendo os avanços e recuos, as estratégias e histórias que implica este movimento forçado ou desejado, também se veicula a visão vertical conservadora que simplifica as culturas desses países ou de pessoas provenientes desses países, traduzindo-as e anulando as suas rugosidades.

Portugal é o principal beneficiador deste espaço imaginário e, no entanto, ao contrário do discurso de harmonização económica e cultural, não se verifica um real interesse em integrar africanos. São exemplos dessa esquizofrenia as políticas europeias que o país não hesitou em adoptar, que combatem os "fluxos" de emigrantes africanos; a dificuldade bilateral de circulação de pessoas entre países que têm tantos habitantes de ambas as nacionalidades nos seus territórios e tantos negócios e parcerias em curso, como Angola e Portugal, com uma máquina burocrática (cheia de contradições) de desmoralizar qualquer um; a dificuldade de legalização dos cidadãos dos PALOP em Portugal, e a dificuldade de sentir que se pertence horizontalmente e que as conotações herdadas do passado se dissiparam.

Como é que sendo a mais antiga e com tantas relações históricas, a imigração africana (de feição gregária, criando nichos onde os 'portugueses' não conseguem penetrar) ainda é vista com maior suspeita em comparação às características positivas das outras comunidades - a simpatia dos brasileiros ou o profissionalismo das pessoas do Leste europeu, brancos e mais disseminados na estrutura social?

Na mesma lógica de só se defender o multiculturalismo quando é inofensivo, marginaliza-se aquilo que não se compreende. O livro de Joaquim Arena, *A Verdade de Chindo Luz* - o primeiro de uma inexistente literatura da diáspora (conceito que em Inglaterra é muito corrente) - aborda a descoberta de identidade cultural das pessoas que habitam na orla das grandes cidades, neste caso as chamadas 1as e seguintes gerações de imigrantes (designação também muito equívoca) caboverdianos, mostra-nos como podem viver, em Lisboa, pessoas que contactam com a cultura portuguesa, deslumbradas com a sociedade de consumo, mas que não se sentem participantes. Vão queimando etapas para serem cidadãos de pleno direito, mas ainda sonham ir morrer à sua terra.

Nas margens, alguns comportamentos de africanos e descendentes de africanos em Portugal continuam a ser: cultura de gueto, desconfiança, fundamentalismos (todos os brancos catalogados de neo-colonialistas), impenetrabilidade, invisibilidade nas áreas de decisão (muitos negros no desporto para vanglória das equipas portuguesas, nas profissões invisíveis que são o sustentáculo da vida urbana – limpezas, obras ou cozinha - mas quase total ausência nas universidades, opinião, chefias ou governo); além de um baixo horizonte de expectativas nas escolas, nos meios intelectuais e artísticos.

Na ausência de oportunidades ou estímulos sócio-culturais e económicos, o desânimo assola: “foi na capital do império que eu montei a minha barraca / não consigo afastar a minha pistola, enquanto menino não conheci nenhuma escola, no liceu nunca vi / reformatório já fugi / Saramago nunca li / preparatório desisti” cantam os *Phillarmonic Weed*. A vida apartada do centro (da tal *Lisboa cool* e multicultural) que habita em dormitórios, que se arrasta em comboios e barcos de exaustão, ou passeios a centros comerciais, é uma espécie de condição reproduzida em várias gerações, excluída deste cartão de visita que crêem fazer valer quando se fala de uma sociedade onde cabem todas as culturas. Mas, a partir da periferia, a nova diáspora africana “ultrapassa em grande parte as visões simplistas de diferença cultural e racial que dominam o discurso público” (Teresa Fradique, 2002: 69), por exemplo através do rap, construindo um discurso crítico sobre essa mesma condição.

6. A única forma de pensar o “Outro” até agora tem sido ou assimilar ou tolerar (Sanches, 2006: 8), ou apenas explorar. Entenda-se tolerância no sentido do filósofo esloveno Slavoj Zizek: tolerar o “Outro enquanto este não é o verdadeiro Outro, mas o Outro asseptizado da sabedoria ecológica pré-moderna (...) a partir do momento em que se trata do Verdadeiro Outro (digamos, à clitoridectomia, às mulheres condenadas ao uso do véu, à tortura que acarreta a morte dos inimigos), da maneira como o Outro regula a especificidade do seu gozo, a tolerância detém-se.” (Zizek, 2006: 76)

Ou seja, ou se procura o semelhante (omiti-lo em nome da homogeneização da nação) ou o respeito distante, sempre pelo que

é inofensivo e ‘tratável’, o que pressupõe uma despolitização de todo este processo ou estratégias de convivência.[6]

Se a multiculturalidade surgida na Europa é entendida como um veículo que proporcionou políticas de reconhecimento, há que contextualizá-la. No meio de tantas ofertas culturais e tantas boas vontades de ‘abertura ao Outro’, há que ter cuidado com as versões de multiculturalismo para as quais somos convocados, que não raro acabam por fechar as comunidades em si-mesmas transformando uma luta política (a luta de fundo: porque há ricos e pobres?) em combates culturais de reconhecimento de identidades. Ainda Zizek “como se a energia crítica tivesse encontrado uma via de substituição na luta por diferenças culturais que deixam intacta a homogeneidade de base do sistema-mundo capitalista.” (Zizek, *idem*) Ou o multiculturalismo como “uma espécie de posição global vazia, que trata cada cultura local como o colono trata uma população colonizada – como indígenas cujos costumes devem ser cuidadosamente estudados e respeitados”. Nesta lógica, as culturas apenas se encontram ou entram em choque, mas não se contagiam, porque são coisificadas, promovidas a identidades (étnicas por exemplo) e retiradas de um processo de complexidades (MVA). Raros são os momentos de conhecimento, fruição, trocas culturais e debates produtivos, em que as diferenças culturais convivem de formas variadas, em movimento e influenciando-se mutuamente. Apesar dos combates culturais não deverem substituir-se às lutas sociais é uma dinâmica que deve vir a par.

7. Voltemos, então, aos tais “laços” que a lusofonia ostenta. Do outro lado da moeda, alguns comportamentos de alguns portugueses que

vivem em países africanos são, também eles, similares aos de outros tempos: vivem igualmente a sua cultura de gueto, no eixo casa-jipe-empresa, vão a praias vigiadas, frequentam meios privilegiados, tratam por "locais" os africanos e perpetuam na sua cor de pele as conotações económicas. Alguns portugueses vivem por 'lá' mas em constante desconfiança, numa pose neo-colonial mas mais tímida e discreta, sem lhes ser permitido fazer certas afirmações no espaço que já não é o "seu", mas do qual ainda se julgam donos, reivindicando (compreensivelmente) uma herança familiar e histórica que ainda pesa nas suas apreciações e fruição do vasto espaço africano. Às vezes também pesa na consciência, e então tornam-se condescendentes com tudo, culpando o colonialismo de todos os males actuais, *à la* Kadafi, outras vezes com um riso cínico da suposta incapacidade dos africanos se auto-organizarem. Mas em nada África lhes é indiferente: o fascínio da pureza, do sangue, a disfuncionalidade, a doença, a infantilidade, o desgoverno e o caos são coisas que atraem e fazem proliferar ONG's com legiões de jovens ocidentais numa pretensão 'altruísta' nas mesmas bases da missão evangelizadora do tempo colonial.

Entre as várias atitudes nas formações discursivas em relação a África, como assinalou Ana Mafalda Leite (2003: 23), contam-se a paternal (com resquícios coloniais, encarando o outro com distância e tolerância), a deslumbrada, a adesão incondicional (quase acrítica) e a solidária, que faz a ponte com o passado (somos todos inocentes, partilhámos a história passada), de alguma forma ligada à lusófona, no que tem de "versão democrática de como o encontro dos portugueses com os outros povos foi diferente dos outros, e de como esses povos têm saudades do nosso convívio" (Ana Barradas, 1998: 232).

Mais uma vez, essa visão de excepção subjacente ao colonialismo português está presente nas retóricas bem intencionadas do encontro ou partilha de culturas, tendo que ser questionada na sua veracidade e na sua origem para que o "cinismo de Estado" não disfarce as realidades quotidianas.

8. *Promoção de lusofonia*

Apesar do discurso aparentemente funcional da lusofonia, na realidade não existe verdadeiramente uma consciência lusófona, não há lóbi lusófono na ONU ou na OMC (pelo menos se compararmos com a francofonia), não tendo assim tanta coesão, nem no plano económico nem no político. O que une os lusófonos afinal, para quem acredita e insiste nesse 'potencial'? Será a tal partilha de cultura: conhecimento das histórias e literaturas uns dos outros, gostos culinários, musicais, o futebol?

A dúvida persiste no que toca à estratégia dos promotores da lusofonia, uma vez que o desinteresse é a tónica dominante nas várias áreas de expressão. Como questionava Kalaf numa crónica do *Público*: "Será que nos interessamos realmente pela lusofonia? Ou este é um conceito que serve tão-só a maquinação mediática? O Brasil, aparentemente, pouco se importa com a actualização deste luso-qualquer-coisa e Angola está a seguir o mesmo caminho." [7]

Este desinteresse provirá talvez do facto das práticas também remontarem ao passado. Os agentes de promoção da lusofonia ainda funcionam como centro cultural na 'metrópole' que subsidia os

vários representantes no terreno sem qualquer noção das realidades desses países, sem estratégia conjunta de programação, etc. O espaço lusófono acaba por ser a tal “bolha onde tudo é possível e tudo se consome”, retomando a ideia de Lívia Apa, “um mundo criado pelo ‘laço’ da língua portuguesa, dentro do qual os escritores transitam, se movem, trocam visitas, falam, escrevem, são lidos, mas fora do qual eles próprios não conseguem encontrar o seu lugar, como se fossem até incapazes de ter acesso ao que acontece fora da lusofonia. Por exemplo os escritores africanos lêem pouco os outros africanos não lusófonos.”[8]

O fechamento para outros espaços como reflexão cria essa bolha de protecção nas rédeas de um circuito fechado e alienante. O facto da produção literária passar pelo mercado português para ser legitimada (o cânone produzido de forma exógena), e nessa obrigação ter como porta de acesso o ‘exótico’, a única permitida pois o mercado sabe bem fazer rentabilizar a ‘diferença’, por vezes condiciona a própria forma de escrever (como se se escrevesse para português ler), praticando uma tradução cultural de si-mesmos. Os escritores africanos pouco lidos nos seus países de origem são-no mais na Europa, onde há mais leitores, e também aqui pode pôr-se a hipótese, como avançou Inocência Mata, de uma reedição da política do assimilacionismo cultural e de continuidade do Império na cultura. (Mata, 2007: 288)

A língua portuguesa era o suporte do Império e hoje é o suporte da lusofonia pela possibilidade de universalismo. Para reforçar esta partilha há que promovê-la, o que não teria mal nenhum se não se partisse do princípio de que cabe aos portugueses o controlo da

língua portuguesa. Desta forma, escreve Alfredo Margarido (2007), "a língua deixaria de ser um instrumento capaz de ser utilizado por qualquer grupo ou mesmo indivíduo, pois seria não só a criação mas sobretudo propriedade dos portugueses. Se partirmos do princípio que a língua pertence àqueles que a falam, regista-se uma profunda autonomia dos locutores de português. Se esperamos que a língua continue a expandir-se, devemos em contrapartida refrear o instinto de dominação que continua a marcar a sociedade portuguesa." Veremos agora em relação ao novo acordo ortográfico o que vai mudar nesta atitude, bem presente nas vozes conservadoras deste debate.

É como se a língua, o património dos falantes de português, fosse o último território que ficou por descolonizar, como sugeriu o escritor timorense Luís Cardoso no colóquio acima referido. Mas só que quem está a dar cartas desta vez, num processo autofágico de pegar na norma e subvertê-la, ao contrário do colonialismo linguístico pretendido, são outros: "reinventamos o português, os tugas a aprenderem connosco, somos colonos desta vez" rapa o angolano Kheita Mayanda no tema "É dreda ser angolano". E é equacionando estas variantes todas do português, com muitos mais falantes e criatividade, sem sobreposição da norma do suposto 'centro' da língua, que a língua portuguesa se enriquece.

A música poderia ser a excepção, onde o discurso do espaço lusófono faz algum sentido uma vez que, desde o século XV, tem sido um elemento de fortes trocas culturais percebendo-se a contaminação dos ritmos e conhecimento das origens da música nos vários países de língua portuguesa. Exemplos: o fado que é da família do lundum e da morna; a curiosidade dos cantautores de intervenção portugueses

pelas sonoridades da música africana e brasileira; a partir dos anos 90, a alavanca de projectos como *Rap Mania* ou *Kussondolola* que fizeram a ponte com África na cultura jovem e, hoje em dia, inúmeras bandas de fusão. A música que circula na cultura urbana recupera semba, mornas, e apresenta imensos pontos de contacto entre as várias culturas.

Apesar da lusofonia musical ser uma realidade constatada, mais uma vez o próprio projecto lusófono se desintegra na prática. As produtoras portuguesas andam a dormir. No filme *Lusofonia, Sons da (R)evolução* os músicos e agentes musicais lamentam a falta de investimento nacional e a necessidade de recorrer a editoras não portuguesas (sobretudo francesas e holandesas, no caso das cantoras *Lura, Cesária Évora, Sara Tavares, Mariza*) com melhores condições, da gravação à promoção passando pelos prémios. As editoras portuguesas estão desatentas à fonte inesgotável de boa música da noite afro-lisboeta, não acreditam e não cuidam do seu 'património linguístico' - a música em língua portuguesa ou crioulo em muitos casos - como mercado de confluência de culturas. Por complexos, falta de visão? De vez em quando descobrem incríveis fenómenos como o *kuduro progressivo*, caso dos *Buraka Som Sistema*. Mas mesmo assim, o *kuduro*, sobretudo o original e dos guetos, é subaproveitado no seu potencial: "se fosse de Berlim, Nova Iorque ou Londres o kuduro era uma música do mundo" diz, no mesmo filme, o crítico Vítor Belanciano.[9]

Nas artes plásticas parece que a maioria das abordagens vão de encontro a um espírito que cristalizou uma ideia de arte africana, tradicional e ao gosto dos africanistas. Ou para satisfazer um mercado ávido de *naif*

e novos primitivismos, bastante condescendente e que sobrevaloriza os contextos dos artistas em relação à sua arte. De vez em quando há iniciativas que reflectem uma visão contemporânea e introduzem uma série de questões ligadas às teorias pós-coloniais, mas colocam sempre o enfoque na tal devolução da imagem de um centro: os vestígios dos portugueses em África, ou como os africanos vêem os portugueses cá, ou os descendentes de colonizados descobrem as suas origens, etc. Outros eventos passam à margem da aglomeração lusófona (e do próprio meio artístico português).

8. Estes exemplos de má promoção da lusofonia acabam por convergir na ideia de que não se tem investido a sério neste espaço, cuja sustentação não é desinteressada. Os laços criados entre as culturas destes países existem naturalmente nas histórias de vida, a maioria delas empurradas pela realidade anterior de criação de colónias, que leva agora a que se emigre para o sítio de onde esses que as povoaram partiram (e outros, no fluxo contrário, partem à procura do *el dourado* do investimento em África), ou por questões de guerra, economias desmembradas, desemprego, estudo, desamor, ou mil razões que fazem as pessoas circular para realidades nem sempre acolhedoras, mas que proporcionam a recriação da sua identidade.

A herança da história trágico-marítima transformou-se em discursos sobre 'pontes' e laços culturais, depois de uma vez se terem criado pontes aéreas para fugir da insustentabilidade de uma situação ideológica. E toda essa partilha que se pretende efectiva actualmente, é também ela ideologicamente questionável, com interesses e práticas que insistem nos mesmos termos e dados do jogo.

É preciso auto-reflexividade para estancar a reprodução dos mitos de antigamente. Questionar a lusofonia poderá ser um princípio para uma mudança de paradigma: interessa lidar com subjectividades e particularidades, contextualizando de onde vêm estas relações, e não com abstractos conjuntos de países que, além da língua e de episódios históricos, não se revêem necessariamente nesse bonito retrato de família.

Marta Lança

NOTAS

1.Para abreviar, esta reflexão tem como referentes leituras de artigos e trabalhos de Miguel Vale de Almeida, "O Regresso do Luso-tropicalismo – nostalgias em tempos coloniais" e Ana Barradas "Ministros da Noite", ambos em Essas Outras Historias que há para Contar, 1998; Manuela Ribeiro Sanches "Introdução", Akhil Gupta "Movimentações globais das colheitas desde a era das descobertas e transformações das culturas gastronómicas" e Inocência Mata "Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade" em Portugal não é um país pequeno, Cotovia, 2006; Alfredo Margarido "Lusofonia, outra forma de colonialismo" e Cláudia Castelo, "O Luso-tropicalismo, um mito persistente" em Le Monde diplomatique, no5, série portuguesa (Março 2007), Ana Mafalda Leite Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais, Colibri, 2003; Boaventura Sousa Santos "Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-indentidade" em Entre Ser e Estar – raízes, percursos e discursos da identidade, Afrontamento, 2002; Slavoj Zizek, "A Tolerância Repressiva do Multiculturalismo", Elogio da Intolerância, Relógio de Água, 2006; Paul Gilroy "Multicultura e Convivialidade na Europa" A Urgência da Teoria, Tinta-da-China, Gulbenkian, 2007; entre outros.

2."A ideia de lusofonia não é ingénua e pura, revelando-se os seus discursos intrinsecamente políticos e prolongando a subalternidade do outro." Inês Costa Dias ("DIAS.POR.AQUI- Projecto para uma exposição", tese de mestrado em Estudos Pós-coloniais, 2006: 37) http://www.cscamm.umd.edu/cmpd/people/loureiro/Ines_MA_Vol_1.pdf

3."A CPLP assume-se como um novo projecto político cujo fundamento é a língua portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Sete" (art. 3 do acordo da CPLP de 17/7/96)

4.António Tomás, O Fazedor de Utopias – uma biografia de Amílcar Cabral, Lisboa, Tinta da China, 2007

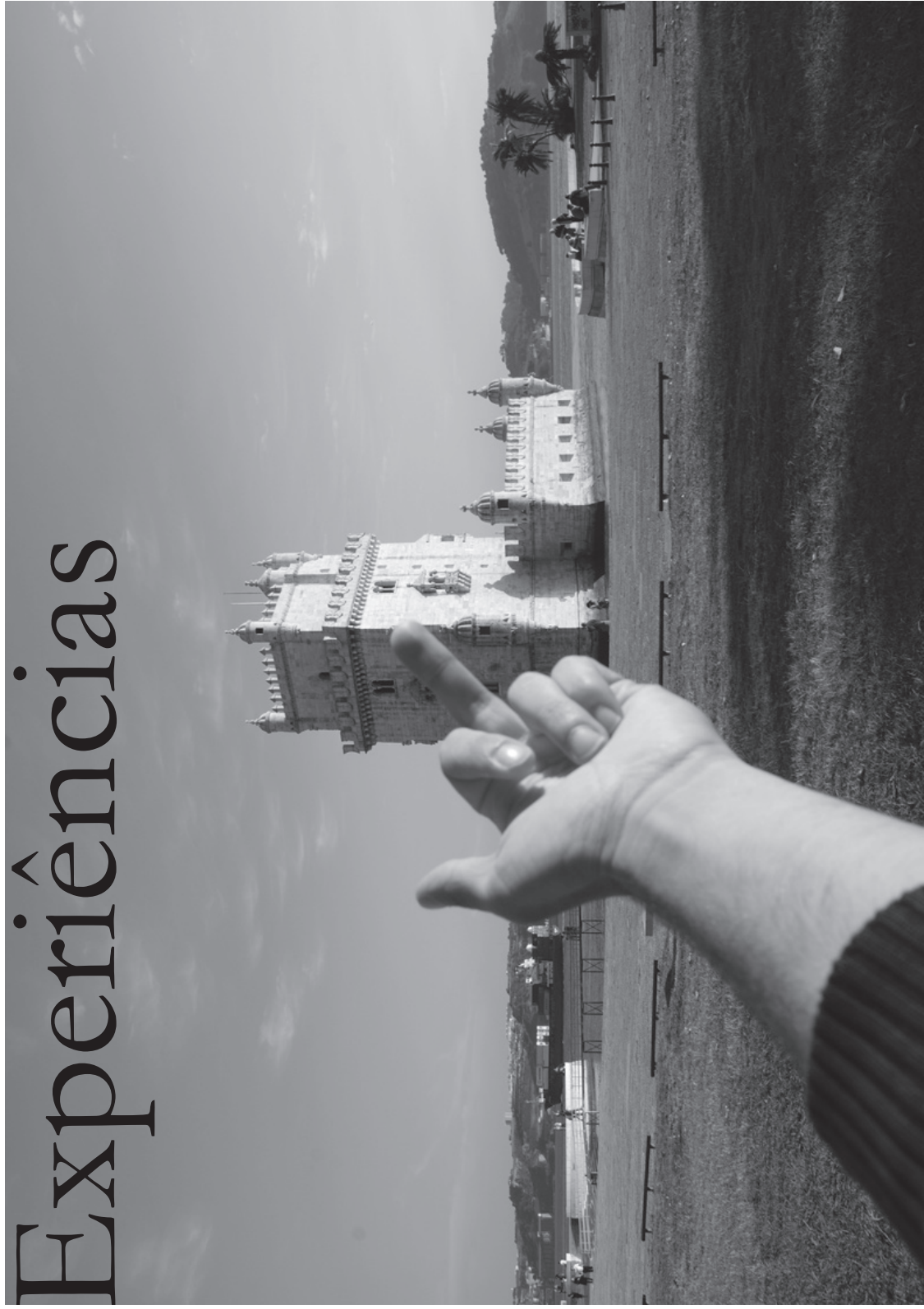
5.Michael Cahen, l'Afrique lusophone et le nacionalisme paradoxale

6.Este mecanismo de lidar com a diferença que virá do republicanismo francês, em que o Estado não a reconhece, difere do multiculturalismo anglo-saxónico que é mais plástico, podendo-se ter duas ou mais culturas, não sem as suas fragilidades.

7.Kalaf, "Campo de las Naciones", Público, 21/02/08

8.Muitas vezes por questões de língua, não são abundantes as traduções em português de literatura africana (só agora se traduziu o emblemático Things fall apart de Chinua Achebe) e também por um forte nacionalismo que não está atento no que se passa noutras realidades, por exemplo a forte produção de escritores da diáspora africana em Inglaterra.

9.Festival África, recentemente extinto, era exemplo de uma abordagem mais descomplexada, num verdadeiro diálogo intercultural e tendo a brilhante inovação de não se dedicar só aos Palops e retirar da invisibilidade artistas africanos com outras atitudes.

Experiências

Quando a realidade ultrapassa a ficção

Crónica em jeito de reportagem da assembleia que não se realizou.

Primeiro domingo de Setembro, meio da tarde, soou o batente no nº 167 da Praça do Marquês de Pombal. Não era a primeira vez na última meia hora, estava para começar uma reunião. Quando me aproximei da porta dei-me conta que estava entreaberta e de que o Marquês ia a sair. Pé fora para o apanhar e dou com dois senhores fardados de azul. "A casa é sua?", perguntam. "Só um momento", pedi com um jeito de mão e apressando o passo em direcção ao cão. Recolhido do abandono na serra do Marão, não havia de se perder, agora e assim, de novo. Seguia decidido pela aventura, voltou contra vontade.

"A casa é sua?" A mesma pergunta. Os senhores agentes da autoridade batiam à porta para pedir contas da propriedade. Porque haviam recebido um telefonema a dizer que o cadeado daquela porta havia sido arrombado, alegaram. À porta, vindo de dentro, apareceu um dos proprietários. À porta, vindos de fora, continuavam a aparecer homens de olhar meio perdido, casa adentro. "O que é que se passa aqui?" O rumo das perguntas mudou perante as visitas. Passaram a interpelar quem chegava. Homens predominantemente morenos. O que fazem aqui, quem são? Imigrantes que vêm para uma sessão de esclarecimento sobre a nova Lei da Imigração, promovida pela Essalam. O que é isso? Uma associação de imigrantes do Magreb. E fazem aqui reuniões semanais? Não, é apenas uma reunião alargada, esta tarde. Para começar a que horas? Às 16h30. Quanto tempo demora? Talvez umas duas horas.

Chegam mais dois marroquinos. São inquiridos. Não, não têm papéis. Rachid Fathi aparece de dentro a ajudar na tradução. Fala árabe com os que chegam, um dos agentes enerva-se. Rachid explica-se em português. É ele quem dirige a Essalam, associação criada há dois anos no Porto para apoiar a integração dos magrebinos que vêm para cá à procura de trabalho e de melhores condições de vida. É marroquino, como grande parte das duas centenas de associados da Essalam. Rachid volta a entrar com os seus companheiros, deixa os documentos com a autoridade. Os agentes da PSP avisam que da próxima que os apanhem sem papéis chamam o SEF. O interrogatório continuou, enquanto se aguardava quem traria os documentos que comprovavam a propriedade da casa. Sem provas de que a casa não fora ocupada, não arredariam. Receberam uma queixa, têm de averiguar. Como é que conheceram o Rachid? Quantas pessoas estão lá dentro? Há algum problema em entrarmos? Telefonemas para o SEF.

Um dos agentes acabaria por entrar, cerca de uma hora mais tarde, com a chegada de quem trouxe as provas de propriedade. Estacionado então, frente à porta, estava um Mercedes descapotável, de onde haviam saído três homens jovens com ar de quem andava a dar um passeio de domingo. Cumprimentaram os seus colegas fardados e mantiveram-se no terreno. O agente que entrou foi um dos que batera o batente, horas antes. Verificados os papéis, pediu para ir à sala da reunião. Onde haviam estado umas dezenas de magrebinos, encontrou cadeiras sem gente e tapetes no chão. Por razões que a razão conhece, a assembleia da Essalam fora interrompida e os seus participantes foram saindo pela mesma porta por onde entraram, virada para o jardim da praça, enquanto decorria o suspeito espectáculo que há-de

sempre provocar a concentração de carros da polícia. O número de curiosos ia crescendo com o número de agentes presentes no local. Aconteciam episódios paralelos, dois espectadores a pegarem-se e um carro a ser mandado parar, o condutor era cigano, viajava com raparigas alegadamente menores e não tinha documentos. Não era o único nessa tarde, mas foi o que teve menos sorte e que seguiu para a esquadra.

Algum problema? Problema é baterem à porta de uma casa a pedir a quem está dentro os documentos que comprovem que tem direito a estar em sua casa e a receber os seus convidados. Esta podia ter sido a resposta. Não foi. Mas a versão original desta história foi, no essencial, muito semelhante a este relato, salvaguardando-se as devidas traições que o tempo provoca à memória, sobretudo no que respeita à sequência das perguntas. O episódio durou umas duas lentas horas. Foram identificadas três pessoas da casa. A duas, foram pedidos os respectivos números de telefone. Ficou o aviso de que no dia seguinte, segunda-feira, o SEF poderia ligar. Não ligou. Na porta daquela casa nunca existiu cadeado, pelo menos nos últimos 30 anos. Na porta daquela casa foi colocado um papel naquela tarde a indicar que era ali, CasaViva, que se realizava a segunda assembleia-geral ordinária da Essalam. O mesmo anúncio permanece no blog da Associação dos Imigrantes Magrebinos e de Amizade Luso-Árabe (http://www.assoporto.blogspot.com). Nada foi feito às escondidas.

Colectivo Casa Viva

Retirado da *zine* Pica Miolos (Dez 07) editada pela Casa Viva. Mais infos: casa-viva.blogspot.com.

A justiça na fila de espera

A saga dos imigrantes em Portugal constitui uma experiência inédita e surprendente em termos de institucionalização de uma situação ilegal. Por mais que se faça, a impossibilidade de se estar legal é uma constante para qualquer estrangeiro que chegue a este país durante, pelo menos, o seu primeiro ano de estadia em Portugal.

Jogo de paciência e espera

A primeira etapa do jogo consiste em destinar tempo para idas consecutivas e ilimitadas ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). A familiarização com este ambiente receptivo impõe-se rapidamente. Da má informação ao descaso, tudo vale para quem procura dificultar ao máximo a vida do imigrante. Só para começar, saiba que destinar-se ao SEF para tratar de seu caso é, por princípio, um teste de paciência (nunca nenhum Zen budista pôde imaginar algo semelhante). Chegando a esta funcional instituição, informar-lhe-ão inicialmente de que o seu caso não pode ser tratado onde está. É-lhe dado um outro endereço, situado num sítio oposto da cidade. Quando finalmente se encontra o sítio indicado – cabe lembrar que muitos imigrantes desconhecem a cidade e muitas vezes a língua de Camões, o que deve provavelmente indicar uma gentil opção do SEF em acelerar o processo de integração destes estrangeiros récem-chegados – será informado que o seu caso deve ser tratado exatamente onde tinha ido inicialmente. Nesta primeira etapa, as informações do SEF serviram certamente para dar um passeio forçado, que entre a visão da nova cidade e o contingente populacional concentrado nas filas de espera (quando se apanha uma senha dificilmente se obtém um

número inferior a duzentos), lhe lembram o tratamento animalesco a que podem ser submetidos seres humanos.

A imagem recorrente que vem à mente é a de rebanho. O conjunto de pessoas que se encontram neste ambiente muitas vezes esperam horas, dias, meses, anos para obterem a regularização de seus processos. Poderíamos imaginar, neste caso, que se tratam de pessoas desocupadas cujo hobby consiste em tratar de questões administrativas. Infelizmente não é este o caso. Estas pessoas muitas vezes trabalham de forma extraordinária para garantir sua sobrevivência, num sistema que não lhes oferece a menor garantia em termos de contrato, de segurança social, contrato de aluguer de casa.

Certamente poderão pensar que me refiro a pessoas cujo interesse pela regularização não é uma prioridade, mas infelizmente este não é igualmente o caso. Independentemente da nacionalidade, da personalidade, do gosto, da situação, do estilo de vida do estrangeiro em questão, o imigrante é institucionalmente obrigado a experimentar uma situação de irregularidade instituída. Para aqueles que nunca imaginaram encontrar-se em situação semelhante, é surpreendente.

Quando se consegue dar entrada ao pedido de visto, certamente após algumas idas consecutivas ao SEF, pois informação que é informação nunca pode ser dada por completo nesta instituição – é uma regra da casa, provavelmente formulada com o intuito de tornar a vida do imigrante mais diversificada – recebe-se algo semelhante a um recibo de fotocópias, sem fotografia e sem aspecto oficial, cujo prazo de validade, embora não seja informado, é mensal. Quando se tem

finalmente este recibo em mãos e se pensa que tudo foi feito para estar regularizado, descobre-se que a saga do insucesso mal começou. No SEF nunca se sabe dizer se uma união de facto com um cidadão português é ou não válida para fins legais; o tempo médio de resposta a um processo nunca é mencionado, o que faz provavelmente jus a uma situação em que nem Deus sabe (no meu caso estou à espera há um ano).

Prisão a céu aberto

Após alguns meses em Portugal, descobre-se rapidamente que se foi inserido numa situação de limbo institucional e de direitos. Uma pessoa que deu entrada a um pedido de visto, mas que ainda não tem a resposta (este tempo é em média um ano e meio) encontra-se numa situação legalmente vegetativa. Oficialmente tudo foi feito para regularizar a situação, mas na prática a pessoa encontra-se em situação irregular e desprovida de direitos.

Questões básicas da vida que vão da moradia ao trabalho ficam igualmente relegadas para uma situação de irregularidade. A vida fica suspensa por tempo indeterminado, numa situação de prisão a céu aberto. Os deslocamentos para fora do território nacional são fortemente desaconselhadas, embora mesmo quanto a este assunto não se tenha informação única e fiável. Descobre-se após alguns meses de espera que uma nova ida ao SEF pode resultar num novo carimbo que revalida por um mês o recibo de entrega do pedido de visto – o que normalmente poderia ser informado pela própria insituição que força à irregularidade de situação a pessoa que espera por uma resposta.

Após alguns meses da entrega do pedido de visto, recebe-se finalmente alguma correspondência do SEF: pedido de complementação dos documentos entregues no processo. Em alguns casos, conseguem a proeza de pedir documentos inexistentes, redundantes, contraditórios ou já entregues. Quando se tenta completar o processo, descobre-se, já em situação de desespero, que há possibilidade de recorrer ao pedido de urgência no processo, que deve ser devidamente fundamentado e sujeito a um parecer administrativo. A luz no final do túnel parece surgir, quando se descobre que, mesmo o pedido de urgência, tem por resposta um tempo indeterminado. A etimologia da palavra urgência não se aplica neste caso.

Sub-cidadania

O teste de paciência a que foi submetido o indivíduo desde o início deste processo é novamente lembrado. Alguns meses depois recebe-se finalmente mais uma carta: novo pedido de complementação do processo. A situação parece chegar ao absurdo. Além do que é pedido formalmente, é preciso ler e interpretar as entrelinhas da documentação demandada. A lógica é a seguinte: nunca vá pelo mais simples, leve o que lhe foi pedido e o que não lhe pedem da forma mais actualizada e não se espante se lhe pedirem documentação que não estava mencionada no folheto. Já me aconteceu deitarem ao lixo o papel que tinha na mão com a lista da documentação exigida, quando afirmei estarem pedindo documentação que não tinha sido solicitada antes e que não estava presente na lei. Obtive como resposta: "se calhar a lista está mal feita". Infelizmente não tinha câmara para registrar a arbitrariedade do tratamento de alguns funcionários do SEF face aos estrangeiros.

No meu caso específico, o português é minha língua materna e compreendo bem o que está escrito nas leis – que no caso da imigração em Portugal já não é das melhores – mas enfrento quotidianamente dificuldades para obter informações necessárias ao meu processo e à efectivação dessas leis.

A ausência de direitos, por tempo indeterminado, a que se sujeita forçosamente quem tenta, enquanto estrangeiro, regularizar a situação em Portugal cria uma situação de sub-cidadania ou de cidadania de limbo para estas pessoas. História sem fim e sem prazo para resolução, espero que divulgando parte do que enfrenta um estrangeiro no país se possa pensar na legalidade ou ilegalidade de certas situações oficialmente instituídas.

Christiane Machado Coelho

A expulsão

Em meados de Dezembro de 2007 um pequeno barco com imigrantes africanos chegou à costa algarvia. Queriam ir para Espanha, mas vieram parar a Portugal. Os que estavam doentes e com muito frio foram detidos e levados para o hospital. Os que tentaram escapar foram capturados pela Polícia Marítima, pela marinha e pela GNR. Foram utilizadas moto-quatros, jipes, lanchas e ainda um helicóptero ao serviço da protecção civil. Os imigrantes foram interrogados, categorizados e transportados para a Unidade Habitacional de Santo António, no Porto. Apesar de ter uma sala com televisão e aulas de yoga (ou yôga), a Unidade Habitacional de Santo António é uma prisão para imigrantes clandestinos. As pessoas não podem sair quando querem e as janelas têm grades, para que não fujam. De há uns dias para cá, os imigrantes começaram a ser repatriados. Se fossem europeus, ou menos pobres, ou se soubessem mexer com computadores era uma coisa. Mas como não servem para nada de especial foram condenados por imigração ilegal. Nos próximos dez anos não poderão entrar em território europeu. Os imigrantes expulsos foram presos quando chegaram a Marrocos. As condições da prisão eram miseráveis. Acabaram por ser libertados. Para além das coisas da vida que os levaram a partir (desemprego? pobreza? quererem passear?), os imigrantes estão agora sujeitos ao arbítrio dos grupos mafiosos que denunciaram. Duas mulheres, uma menor e outra grávida, permanecem na unidade habitacional de santo antónio. Por motivos humanitários. Fim.

José Nuno Matos, Dez 2007

Os acontecimentos aqui relatados reportam-se aos mesmos factos que deram origem ao texto *Somos Todos Migrantes* de Regina Guimarães.

Seis horas em Lisboa

Tenho de escrever isto enquanto estou com raiva e vontade de sair pelas ruas de Nova Iorque a cortar cabeças montado num cavalo branco. Esta manhã eu deveria passar por Lisboa, em escala, rumo a Luanda onde participaria num encontro de quadros na diáspora. O meu plano era manter-me apenas algumas horas em Lisboa, mas, posteriormente, sair de Luanda a 11, de modo a que pudesse ficar três dias em Lisboa, uma vez que a minha passagem para Nova Iorque estava marcada para 14 de Novembro.

Na tarde de ontem procurei por todos os meios – junto à minha embaixada em Washington, junto ao consulado português em Nova Iorque e junto à agência da TAP em Lisboa – saber se poderia viajar para Lisboa sem visto, uma vez que deveria apanhar o voo ainda nesse mesmo dia. Foi-me dito que sim, que não precisava de qualquer visto para fazer escala em Lisboa. Mas ainda assim, se quisesse entrar em território português poderia fazê-lo, uma vez que a minha residência caducara em Julho, o que supostamente me daria o direito a uma espécie de ano de graça, desde que os Serviços de Estrangeiros Fronteiras tivessem registado o pedido de renovação que eu tinha feito.

E de facto, esta manhã, às seis da manhã, cheguei ao aeroporto de Lisboa. Primeiro fui ter com as funcionárias da TAP e foi-me dito que não tinham conhecimento de nenhuma ligação para Luanda; em seguida, tentei passar a fronteira, mostrando a fotocópia da minha autorização de residência. Foi-me dito que não servia; tinha de mostrar o talão. Disse que o tal papel não estava comigo, mas sim

com uma amiga e advogada, a Awa Baldé. Disseram-me que não havia problema, desde que conseguisse diligenciar que a minha amiga trouxesse o papel... perguntei se podia usar o telefone ao que me foi dado um rotundo 'não'.

O que interessava ao funcionário era saber se eu tinha renovado a autorização. E uma rápida pesquisa no computador mostrou que sim. Portanto, parece-me que o talão neste caso se tinha tornado desnecessário, uma vez que ele já tinha tomado conhecimento com da verdade que o papel deveria expressar: o facto de ter renovado o documento.

Então, voltei ao balcão da TAP, onde comecei uma longa conferência com uma funcionária de nome Vera. Ela disse-me que de facto conhecia o procedimento pois no dia anterior tinha chegado uma senhora dos Estados Unidos, chamada Amélia Cruz, e tinha sido encaminhada para Luanda. Tentei saber mais dados sobre que companhia que tinha a senhora utilizado: a Vera não sabia. Mas acrescentou que o meu nome estava na lista para seguir para Luanda ontem, 4, que se tivesse vindo ontem certamente teria partido. Tentei fazer-lhe ver, pela lógica, que não era possível chegar a Lisboa a 5 e partir para Luanda a 4 – porque o tempo é assim mesmo, não volta atrás. Mas acho que não me compreendeu (e falávamos em português: eu que pensei que fosse ficar aliviado quando, pela primeira vez depois de três meses, tivesse um burocrata a falar a mesma língua que eu).

Depois da conversa falhada, perguntei-lhe se podia telefonar; ela deu-me um cartão, tirado de um molho onde havia vários, o que me levou

a presumir que fossem precisamente para este efeito, em casos como o meu. Telefonei para a Awa, que atendeu prontamente embora não fossem ainda 8 da manhã. A Awa disse que me trazia o documento, era só o tempo de sair de casa e passar pelo escritório.

Às 8:30, os guichets da TAP ficaram vazios. E fiquei horas à espera. Perto do meio dia chegaram as duas senhoras e eu muito calmamente lhes disse que ficaria muito agradecido se me pudessem arranjar um lugar no mesmo avião para regressar às 13:00 (hora de Lisboa) a Nova Iorque. Neste momento, a Vera teve a brilhante ideia de me dar um papel com os números de telefone do meu consulado e dos serviços da TAAG (Transportadora Angolana) em Lisboa. Eu disse-lhe que já era tarde, e que estava muito decepcionado pela forma como tinha sido tratado. Disse-lhe que achava estranho que me fosse permitido embarcar para Lisboa sem visto (os funcionários das Companhias Aéreas são muito sensíveis a estas questões) e por isso tinha julgado que houvesse algum plano para resolver o meu caso. E de facto havia: era apenas dizer por que companhia tinha a D. Amélia Cruz viajado no dia anterior. [Tinha pensado e decidira voltar para os Estados Unidos; porque, primeiro, a se confirmar que não havia voo para Luanda na sexta teria de dormir no aeroporto; segundo, ainda que me fosse permitida a entrada em Lisboa, não sei se estaria disposto a passar por tudo o que passei por ter a residência caducada no momento em que vim para Nova Iorque.] A D. Vera, como prova da sua boa vontade, disse-me que me tinha dado um cartão, procedimento que não se costuma fazer.

Foi-me dado o OK. E assim voltei a Nova Iorque num voo de sete

horas em que como sinal de protesto não comi, não bebi, não li e não fui uma única vez à casa de banho. Queria muito estar com os meus amigos - esta coisa idiota que não reconhece fronteiras. E me foi negado esse direito, em nome de uma merda que é a inviolabilidade do espaço português.

Ah, e para acabar a história: quando cá cheguei encontrei uma mensagem da Awa, em que dizia que esteve no aeroporto com o meu talão e foi-lhe dito que não tinha sido retido ninguém com o meu nome. O pior é que os do SEF tinham razão: eu não estava retido; só não podia passar ou telefonar.

Este é o resumo do meu dia (terá alguma coisa a ver com o facto de ter vindo a ler *O Inferno*, de Dante?). Fica uma pessoa fechada na Universidade a estudar o poder, e a começar a perceber que o poder não emana de um centro, e que o poder não coage, mas que o poder está disseminado, e que as pessoas a ele obedecem voluntariamente. E numa viagem de estudo a Lisboa, numa verdadeira aula prática de Antropologia, vê de facto essa disseminação do poder, que autoriza um funcionário, em nome de uma ficção que se chama fronteira, ter o poder a mantê-la sentada, ou deitada, num banco de ferro, a olhar para o relógio, sem poder ir à casa de banho, por causa da mala, sem poder telefonar. E uma funcionária, a quem já é difícil explicar a ordem da sucessão dos dias, olhá-la e não ver mais do que medo e desespero, fome talvez e cansaço certamente. E ser humilhada por um polícia da fronteira que deixa toda a gente passar, menos a si, a quem pede que abra a mala, e lhe mostre as suas coisas, e lhe pede para ligar o computador, e exponha o conteúdo do seu estojo de toilette

aos olhos de todo o mundo, e folheie os seus livros, em busca de quê? E só hoje, num lampejo de clarividência que me deu vontade de desatar a correr de alegria pelo aeroporto, percebi porque razão Walter Benjamim se tinha suicidado da forma que nós conhecemos, ao não lhe ser permitido que passasse uma fronteira. O suicídio acabou por ser o único meio pelo qual nenhum guarda fronteiriço poderia exercer poder sobre o seu corpo.

António Tomás, em 2001

Um silêncio colado à língua - 'imigrantes' afro-moçambicanos em Portugal

> *"As memórias querem-se nessa periferia onde as podemos controlar; passamos bem sem os sobressaltos da sua rebeldia".*
> João P. Borges Coelho, *As Visitas do Dr. Valdez*

Quantas vezes pensamos no retorno, no passado, e permanecemos quietos, mudos, perante um silêncio colado aos dias que passam, quotidianamente, pelo calendário das nossas vidas e afectos? Quantos rostos e vozes serão necessários para construirmos uma imagem possível e verdadeira deste Portugal pós-colonial?

Percorro exaustivamente estas últimas questões, no percurso do meu trabalho de investigação, que desenvolvo no âmbito do meu pós-doutoramento, sob o título "African Mozambican Immigrants in the former 'motherland': The portrait of a postcolonial Portugal"[1]. Indubitavelmente, os estudos pós-coloniais de expressão/língua portuguesa têm auferido de uma enorme riqueza e profundidade através das análises críticas da literatura pós-descolonização. Olhar a sociedade pós-25 de Abril pela lente literária tem sido para muitos estudiosos e pensadores o quanto baste para um entendimento, supostamente justo e equilibrado sobre o que é hoje o Portugal que surge após a guerra colonial, a derrocada do Estado Novo e a emergência da democracia. Contudo, a resposta não reside, somente, penso eu, nos registos literários, ficcionais e poéticos dos sujeitos, alguns deles observadores-participantes, que estiveram, viveram e experienciaram

o modo de ser português em África. A observação humana dos outros, não na sua formulação e conceptualização estereotipada ou mesmo estigmatizada, necessita de uma descida aos universos do íntimo, do subjectivo, das memórias, das narrativas de vida e de identidade, e das trajectórias vivenciais de cada um. Não quero, aqui, ignorar os estudos já realizados por Miguel Vale de Almeida, Boaventura Sousa Santos, Cláudia Castelo, Manuela Ribeiro Sanches, entre outros. Mas falta esta outra óptica mais quotidiana, discreta mas sôfrega das vozes do dia-a-dia.

Como pensar este pós-colonialismo, que chamarei, do quotidiano? O que é que este nos diz daqueles que oriundos das antigas colónias portuguesas, criaram como faróis das suas vidas a integração social, profissional e familiar? O que é que estas pessoas sentem, e que percepções nos oferecem sobre si e sobre o retrato da pós-colonialidade portuguesa? Ao longo da minha pesquisa sobre 'imigrantes' afro-moçambicanos em Portugal que, outrora, eram designados na hierarquia colonialista portuguesa como assimilados e que, após a independência política de Moçambique (25 de Junho, 1975), optaram por prosseguir as suas vidas no contexto português da descolonização, tenho compilado registos humanos e narrativos que, gritantemente, mostram a persistência de um sentimento de exílio pátrio e identitário. De facto, ao acompanhar estes moçambicanos nas suas vidas e memórias, observo que a identidade não é mais do que uma luta pela sobrevivência do eu-individual e do eu com uma identificação mais alargada ao espaço familiar. Para muitos destes sujeitos, ser português ou moçambicano representa uma vivência de limbo, eivada de ambiguidades históricas, culturais e sociais.

Relembre-se que, na praxis colonial portuguesa, o assimilado não era classificado como indígena, mas também não detinha os plenos direitos de cidadania de um(a) português(a) nesta arquitectura social. O limbo e a ambiguidade assombram estas vivências, ainda hoje, nas suas vidas. Veja-se, por exemplo, este desassossego identitário na voz poética de Delmar Gonçalves, moçambicano residente em Portugal:

> Mestiço (poema dedicado a Noémia de Sousa e José Craveirinha)
>
> *Que condição*
> *esta de ser o*
> *que sou...!*
> *Para ser africano pleno*
> *tenho de admitir ser*
> *o que não sou*
> *Para ser europeu de corpo*
> *inteiro*
> *tenho de fingir e*
> *procurar ser o que*
> *não sou.*
> *Que dilema este*
> *de ser*
> *o que sou*
> *sendo o que não sou.*
> (Gonçalves, 2006: 59)

Recordo, na linha da anterior reflexão poética sobre o eu fragmentado e disseminado, um encontro com uma senhora moçambicana que me dizia: "os próprios moçambicanos em Portugal, não vivem como moçambicanos, vivem como portugueses; ... eles não se identificam como portugueses, têm uma parte em que gostam das coisas em Portugal, como seja de comer, da vida social e das condições de viver uma vida boa que, possivelmente, em Moçambique muitos perderam. (...) A nível dos valores moçambicanos, de identidade, não há uma identificação com Moçambique, as pessoas não se identificam com os problemas que existem em Moçambique ... estão sem identidade" (Khan, 2004: 204). Este sujeito ambíguo projecta nas suas referências culturais e nos seus desabafos narrativos um titubeante trabalho de memória onde o diálogo entre passado e presente se apresenta como fechado, trancado por uma necessidade de olhar para um futuro vigiado por questões relacionadas com a estabilidade familiar e profissional. Para muitos dos entrevistados a memória é um tempo que passou, o lugar do não-dito, dos murmúrios que, ironicamente, se consolida, também, com a preguiça que a sociedade portuguesa demonstra ao empurrar para as margens a presença destes sujeitos no espaço do tecido nacional e pátrio pós-colonial português. De facto, partindo destas observações urge-me provocar a condição pós-colonial portuguesa, ao questionar-me se esta não se encontra, ainda, debruçada sobre um luto adiado do seu passado colonial, da sua insistência em olhar o pretérito de Portugal em África como forma de resistir a uma cronologia histórica. No meu entender, o rosto da pós-colonialidade portuguesa deve, isso sim, concentrar-se em torno de um avanço, este concretizando-se nas mentes e acções dos actores sociais. Consolido esta conclusão, atentando nas palavras de Isabel Allegro de Magalhães

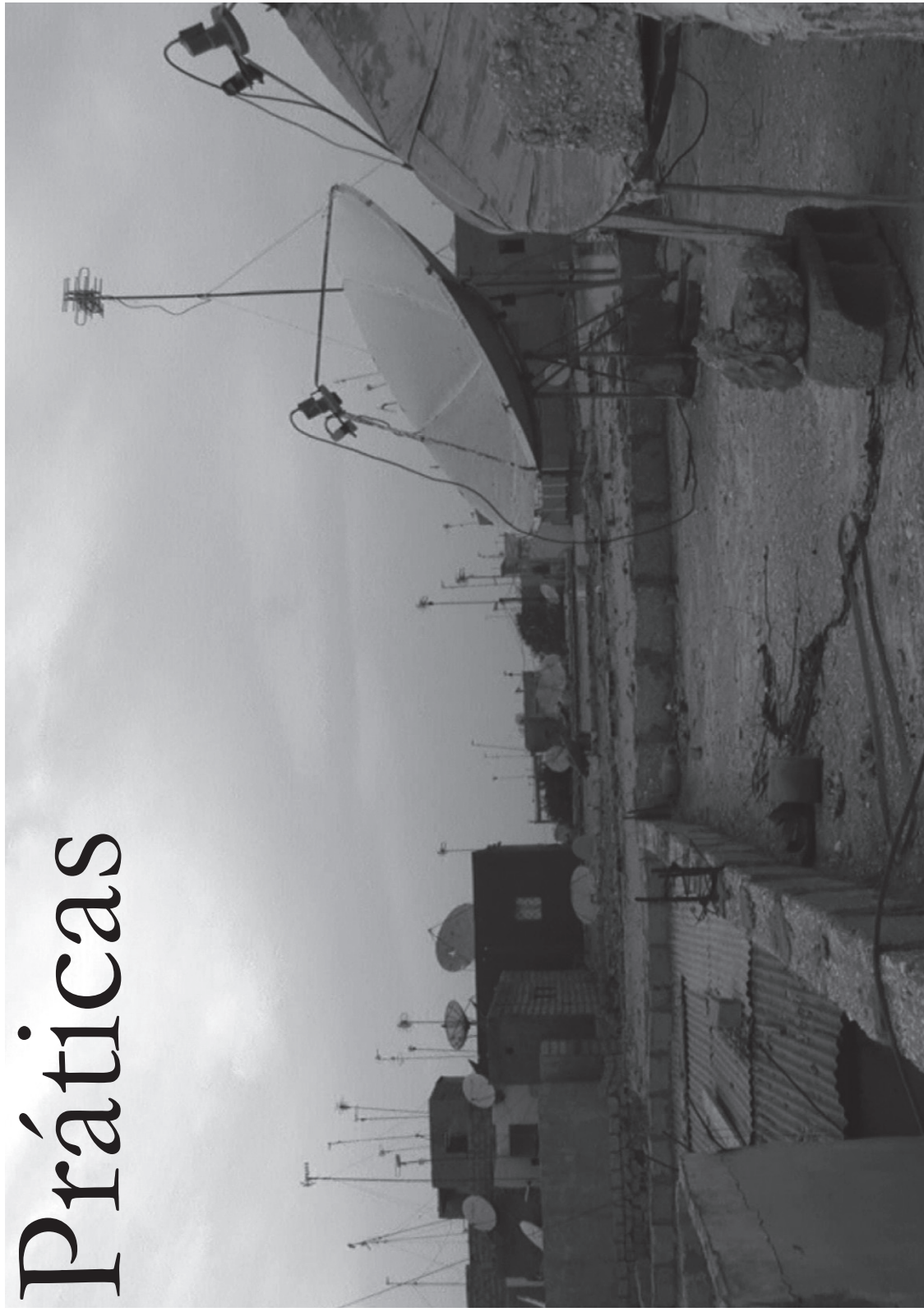
quando observa: “no Portugal pós-25 de Abril, tanto são as margens sociais do tecido nacional, conformadas pelos cidadãos de quem não se ouve a voz ... como por aqueles que passaram a fazer parte integrante do tecido nacional quando deixaram as antigas colónias (ou territórios sob a administração portuguesa), hoje países autónomos e que por razões económicas vieram para o país ex-colonizador” (Magalhães, 2001: 310).

Sheila Khan

NOTAS

1 Deste trabalho pós-doutoral resultará um documentário e um livro. Coordenado pelas Prof. Hilary Owen (Universidade de Manchester) e Paula Meneses (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra), pretende-se com estes registos visual e escrito compilar reflexões, testemunhos, memórias, narrativas e diferentes pontos de vista sobre o Portugal póscolonial, ora através de uma abordagem do pós-colonialismo do quotidiano, ora pela via do pós-colonialismo de investigação ou académico. Nesse sentido, encontram-se a ser entrevistados: por um lado, os moçambicanos(as) que num tempo colonial eram designados por assimilados e que, após a independência de Moçambique, optaram por re-organizar as suas vidas no território do antigo ex-colonizador, captando neste corpus humano as suas vivências, memórias, narrativas e identidades sob uma perspectiva diacrónica e sincrónica, isto é, contextualizando os seus registos em parâmetros temporais, sociais e pessoais. Por outro, convida-se para esta arena reflexiva escritores, investigadores e pensadores portugueses que, ao longo, dos seus trabalhos tenham pensado a África portuguesa quer na história social, mnemónica, cultural, política deste Portugal pós-colonial. Até ao momento, foram entrevistados: Inocência Mata, Miguel Vale de Almeida, Adriano Moreira, Lídia Jorge, Hélder Macedo, João Pina Cabral, Rosa Cabecinhas, Maria João Seixas, entre outros.

Práticas

Bab sebta

BAB SEBTA é o nome que dão à passagem na fronteira de Marrocos com o enclave espanhol de Ceuta. Significa em árabe *A PORTA DE CEUTA.*

Nós não atravessamos fronteiras, as fronteiras atravessaram-se entre nós.
Grafito em Ceuta

Sinopse

Partindo de todas as partes de África corre uma multidão de homens invisíveis preparados para atravessar continentes inteiros perseguindo uma ideia eternamente negada àqueles que vivem na periferia – a de uma vida melhor. Enfrentam desertos, máfias, sede e fome até colidirem com um muro de arame farpado ou empreenderem uma trágica e precária travessia marítima – os obstáculos que os separam do seu objectivo quase mitológico – a Europa.

O nosso filme parte em contracorrente a este fluxo, dirigindo-se de Norte para Sul em busca dos migrantes que atravessam o deserto – heróis nómadas dos tempos que correm, em luta contra uma abstracção: a ideia de fronteira.

O móbil principal para fazermos este filme foi a abundância ensur-decedora de imagens falhadas sobre este tema. A quase totalidade dos trabalhos que conhecemos perde-se na ilustração factual, no tratamento das pessoas que filmam dentro de uma lógica humanitária e caridosa,

dedica-se a reproduzir e perpetuar a sua condição de miseráveis, de desfavorecidos, de fugitivos, de clandestinos, de vítimas. Eclipsando a sua existência enquanto aventureiros, viajantes, curiosos, vendedores de fruta fartos de o ser, barbeiros, pais, filhos, amantes, sonhadores ambiciosos, desiludidos, desertores. O desafio da rodagem foi evitar a busca jornalística das histórias dos outros, mas facilitar os meios e o tempo para que esses outros criem, desenvolvam, revolvam as histórias adormecidas que transportam em si. Histórias contadas na primeira pessoa sobre banalidades do dia-a-dia, sobre o local de partida, a família, o que aconteceu ontem, aventuras, amores perdidos, desilusões, expectativas.

Nota de intenções
Problematização. Metodologia. Forma.

1. **tema**
O mundo mundializa-se. As fronteiras atenuam-se. Os mercados liberalizam-se. Os destinos exóticos multiplicam-se. Multidões de viajantes circulam, capturando e amalgamando paisagens remotas em máquinas minúsculas. Num piscar de olhos, mercadorias atravessam hemisférios. Na fronteira sul da Europa persiste-se em excluir uma vasta parte da população mundial desta nova realidade. Deste lado insiste-se em montar barreiras intransponíveis a marcar fronteiras imaginárias e transitórias – invisíveis para o fluxo frenético de pessoas e bens que se dirige de Norte para Sul, mas impossíveis de ultrapassar para os homens e mulheres que decidiram dedicar a sua vida a migrar no sentido inverso. Este projecto nasceu da perplexidade produzida pelos acontecimentos de Setembro 2005 e pelas imagens que nessa al-

tura foram difundidas. Os ataques massivos de migrantes subsaarianos às fronteiras de Ceuta e Melilla, nos quais um número incerto de pessoas morreu, levou-nos a empreender uma viagem ao Norte de África duas semanas apenas após os ataques. A urgência que sentimos em perceber um processo trágico de tal magnitude – que nos chegava aos olhos sem a certeza de aceder a nada que sentíssemos como verdadeiro – fez com que partíssemos para o Norte de Marrocos, nessa altura de grande tensão. Milhares de pessoas viam-se obrigadas a esconder-se nos bosques e nos arredores das cidades, sob a ameaça constante de serem presos ou deportados para o deserto.

2. **aproximação e ponto de vista**

Antes mesmo de ter uma noção absolutamente clara de como tratar cinematograficamente esta realidade, fomos impelidos para a acção pela indignação moral e a repulsa face à situação encontrada. Rapidamente percebemos que dois grandes desafios se punham a um filme desta natureza: por um lado o de escapar às categorias, aos lugares, aos vícios reproduzidos pelas imagens jornalísticas que tratam a questão, e à luz das quais fomos habituados a pensá-la; por outro, abdicar de todas as ambições de tratamento moral e político que tivéssemos precipitadamente concebido, esmagadas que foram pela evidência dos discursos das pessoas que encontrámos. Pareceu-nos então que a forma que nos estava ao alcance de superar essas inquietações era procurar basear o discurso do filme num confronto de olhares. Isto é, procurar assumir e integrar no filme o nosso movimento inicial de reacção a um dado da actualidade e o nosso estatuto de europeus e projectá-lo contra um estado, uma situação, um espaço. Esperando, a partir da observação desse espaço, ver emergir discursos, personagens, quotidi-

anos que respondam à nossa presença. Que reajam à nossa intrusão no quotidiano daquele lugar; que reajam à facilidade ultrajante com que nos deslocámos até ali; à disparidade evidente de meios com que cada um lida com os dados da sua vida. Procurando nesse confronto encontrar a base de uma cumplicidade essencial à reflexão a que nos propomos.

A montagem do filme partirá da tensão entre o nosso olhar – essencialmente subjectivo e descritivo dos espaços encontrados e das pessoas que os habitam – e, em paralelo, as narrativas de quem formos encontrando, dispostos a colaborar e a imprimir no filme as suas impressões, as suas memórias, as suas histórias. Num esforço conjunto de análise das questões em jogo e de problematização deste fenómeno migratório específico, tornar incontornável o questionamento da separação entre o Norte e o Sul, nos seus mecanismos de perpetuação de privilégios e exclusões, dentro do circuito global de produção e consumo de bens e imagens.

3. **tratamento e forma**

O filme organiza-se em volta da caracterização de 4 espaços. Nas 4 cidades onde filmámos, centrámo-nos na observação de um determinado ambiente. Nele vimos surgir, do interior de portas, por trás de cortinas, pessoas que nos chamaram com descrição e acenos de cabeça para o interior do seu círculo de intimidade e para o seu quotidiano de Espera. Ao partilhar as tarefas simples da Espera assistimos à formação das nossas personagens. A aparente inacção que domina os 4 ambientes que filmámos contrasta – através da narração de histórias passadas, das conversas cruzadas nos inúmeros dialectos de origem, das forças e das fragilidades que se exibem – com o universo revelado:

o passado recente, a viagem, o deserto, o mar, os perigos, revestem as personagens de uma carga mitológica e mágica. O passado e o futuro actuam como espelho e antítese glorificadora do presente.

A nossa câmara aprendeu a fazer a única coisa que parece acontecer nos espaços que escolhemos filmar – esperar. Tantas vezes fixar o quadro num corredor à espera que alguém entre por uma porta; aguentar um rosto que fala um dialecto incompreensível para meses depois um tradutor nos revelar intrigas, tensões, segredos, que não adivinhámos; confiar nos sinais da paisagem e no tempo dos planos para chegar à informação que as palavras ignoram. Ao olhar para o material recolhido, percebemos que essa atitude de entrega incondicional aos tempos e às acções da espera, nos ofereceu uma dramaturgia meteorológica dos espaços filmados. Os elementos físicos da paisagem, como o vento, a chuva, o sol torrador, o mar revolto, o muro de um cemitério, uma ravina, o frio, o vapor da água aquecida, permitem-nos construir um mapa emocional e psicológico das personagens, ao qual não poderíamos ambicionar se dependêssemos apenas do que elas nos dizem em palavras. O propósito do filme é que a realidade fale por si.

A confiança que depositamos na riqueza de experiências, na multiplicidade de olhares e na qualidade das imagens que produzimos faz-nos acreditar que o filme dispensa um suporte explicitamente discursivo. Que o absurdo, a artificialidade e o anacronismo da ideia de uma fronteira entre o Norte e o Sul não precisam de estar presentes no filme para estar presentes na sala de projecção.

Desenvolvimento. Contexto. Espaços. Histórias. Percursos.

Prólogo.

No final de Setembro de 2005 uma assembleia representativa de todas as nações daqueles que viviam no bosque de Belniuz, junto a Bab Cebta – a fronteira que separa Marrocos do enclave espanhol de Ceuta – deliberou que a situação ali se tornara insuportável, e que teriam de tomar uma acção. As perseguições, as deportações para o deserto, a falta de comida ou de condições higiénicas, o excesso de pessoas nos acampamentos improvisados na floresta, impunham medidas radicais e urgentes. Teriam que tentar um ataque massivo à dupla cerca de seis metros de altura que marca a fronteira. As discussões duraram duas semanas: muitos insistiram nos perigos que tal acção representava – seguramente alguns iriam morrer; outros argumentaram que com a pressão do governo espanhol e da comunidade europeia sobre o exército de Marrocos, todos iriam acabar por ser apanhados e morrer em qualquer outro sitio. Assim pelo menos alguns iriam chegar a território espanhol. Cerca de 400 pessoas decidiriam que iriam participar no ataque.

Uma noite, carregando longas escadas artesanais, tentaram ultrapassar a cerca sob as balas do exército marroquino e da policia espanhola. Cerca de 120 pessoas alcançaram o outro lado, um numero incerto de homens (fala-se de 6 ou 7) morreu ali mesmo, os restantes regressaram ao bosque. As imagens captadas pelas câmaras de vigilância da grelha fronteiriça tornaram-se a abertura de noticiários e capas de jornais um pouco por todo o mundo. Nos dias seguintes, sob a reforçada pressão das autoridades espanholas, chocadas com os recentes eventos,

o exército marroquino levou a cabo uma autêntica caça ao homem. Centenas de pessoas foram abandonadas na fronteira com a Argélia ou no deserto do Sahara, algumas foram detidas, muitas morreram. Poucas permaneceram ainda no bosque, escondidas em silêncio durante o dia, em pequenos buracos. A maior parte delas regressou à periferia das grandes cidades como Tanger, Oujda, Casablanca e Rabat. Nos tempos que se seguiram e até hoje, com o endurecimento do controlo da parte das autoridades marroquinas e espanholas, a situação alterou-se profundamente. As cidades fronteiriças como Tanger, Nador, Oujda e Layoune foram consideradas zonas vermelhas onde a população negra é proibida de circular nas ruas, sobre pena de ser presa e deportada para o deserto, na fronteira com a Argélia. Daí chegam aos arredores de Oujda, a cidade mais próxima e onde todas as rotas confluem. À medida que se endurece o controlo da passagem, as rotas vão-se deslocando para Sul, tornando os percursos mais longos e arriscados e fazendo florescer as mais diversas economias paralelas.

1. **Tânger**

No topo de uma colina nos arredores de Tanger há um cemitério. Dali vê-se o estreito que separa África da Europa. Do cemitério desce uma ravina de terra vale abaixo até um pequeno riacho, donde nasce uma galeria de construções semi-acabadas em tijolo e cimento. É uma parede de casas empilhadas onde se distinguem com dificuldade as ruas e onde acaba uma casa para começar a outra. Ao fim da tarde esta parede fervilha de vida. Não se vêem, mas ouvem-se centenas de pessoas a chegar a casa e a reencontrar a família.

Daniel foi surpreendido pelas deportações de Setembro 2005 ao acabar de chegar a Marrocos, vindo do deserto do Sahara. Foi deportado

juntamente com as pessoas que tentaram passar a grelha. Voltou a encontrar-se de novo sozinho a caminhar na areia. No final de um caminho atribulado, acabou por vir parar a casa do Louis e da Ada, um dos poucos sítios seguros de Tanger, onde pensa ficar até conseguir reunir dinheiro suficiente para tentar uma nova passagem do estreito. Ali os *camarades* (como se chamam a si mesmo os migrantes subsaarianos no norte de Marrocos) estão a salvo, a polícia não entra no cemitério, pelo que, sempre que são perseguidos correm até junto das campas, cuja proximidade os poupa a vários embaraços, e ali dormem até que o dia nasça.

A vida em Tanger é dominada pela espera. Os dias são ritualizados e pontuados por gestos pequenos. O ponto alto é o fim da tarde, em que a casa se enche dos amigos que chegam de um dia a juntar moedas à sombra de uma mesquita. As novidades, de que se fala com tanto de agitação como de indiferença, vão desde um amigo próximo que foi apanhado na rua e deportado para Oujda ao golpe de que foi vítima o Jackie Chan, um camarade intrujado por um grupo de árabes a quem deu dinheiro para passar. De resto combate-se o frio e o tédio com conversa animadas no chão da sala até tarde na noite.

2. **Oujda**

OUJDA é a cidade onde chegam todos aqueles que acabam de chegar a Marrocos pela rota do deserto. É também o sítio onde chegam os que foram deportados. É onde se juntam os *camarades* que não têm outro sítio onde ir, que não conhecem ninguém que os recebe noutras cidades. É uma plataforma giratória chave de todo o processo migratório no norte de África e onde só permanecem aqueles que não

têm elos nem hipóteses de ir para outro lado. O Inverno em Oujda é rigoroso, chega a nevar.

As pessoas organizam-se por nacionalidades em acampamentos nos bosques no exterior da cidade. O campo de Village Mousseki é um conjunto de tendas verdes em forma de casulo. O engenho fez conjugar os poucos materiais disponíveis – paus, tiras de tecido encontradas no lixo, rolos de plástico verdes e cobertores cedidos pelos Médicos sem Fronteiras – de modo a construir tendas incrivelmente confortáveis e quentes.

Em Oujda trava-se uma luta evidente entre o corpo humano, a vida nua e a Natureza. O vento arrasa árvores e as tendas necessitam de uma manutenção constante. Tal como em Tanger, os tempos são os da espera e do transitório. Clinton é a pessoa que vive há mais tempo naquele campo, mas sabe que é uma situação precária, que mais cedo ou mais tarde alguma coisa chegará que os fará avançar para outro lugar. Pode ser que seja uma outra oportunidade de passagem para Melilla, a quarta desde que ali chegou. As histórias do passado recente e das repetidas investidas à grelha abrilhantam a conversa e apontam para um desfecho que se aproxima.

3. **Nouakchott**

Nouakchott é a maior cidade no deserto do Sahara. Situa-se na costa atlântica da Mauritânia, já perto do Senegal. As ruas fervilham de vida e confusão, a mostrar que estamos em plena África negra. A areia invade tudo e a maior parte do tempo funciona como uma neblina que, com o calor, se apodera da nossa respiração e obriga a um ritmo particular.

Nouakchott é um ponto de origem e de passagem nas rotas migratórias que levam por mar até às ilhas espanholas das Canarias. Ao contrário de Tanger e Oujda, ali não se vive uma situação de emergência e de risco, o contexto é um pouco mais calmo. As pessoas que encontramos no percurso para a Europa procuram estabelecer-se, ganhar algum dinheiro antes de voltar a fazer-se à estrada. Alguns acabam por ficar anos. Outros chegam a ter filhos e a adiar eternamente a partida definitiva.

Nouakchott são várias cidades dentro de uma só. A cidade das ruas asfaltadas, a dos caminhos de terra e a da praia. Na praia de Nouakchott vivem e trabalham milhares de pessoas, na exploração daquele que é dos poucos recursos naturais do país, a pesca. A pesca pratica-se da mesma forma há milénios e as pirogas de madeira são arrastadas às centenas pelo areal acima todos os dias. Grupos de homens, que apesar da sua juventude, já não têm idade de ir para o mar, estendem-se na areia à sombra dos barcos a beber chá entre a chegada de duas pirogas. Nouakchott é uma cidade longe de quase tudo, essa circunstância peculiar parece dar aos seus habitantes uma distância crítica para analisar todos os problemas do mundo. É uma oportunidade para pensar e falar sobre a vontade de partir. Enquanto falamos, ali ao lado, um homem e o seu filho desmontam à martelada o destroço de um barco gigante, um dos muitos encalhados na praia. Os pescadores têm aquilo que é preciso para partir, juventude e um barco.

4. NOUADHIBOU

Em Nouadhibou existe o único porto industrial da Mauritânia. A cidade é um entreposto de passagem de mercadorias e de pessoas. Desde sempre que ali atracaram barcos europeus que vinham para o peixe do Banco de Arguin. Cedo ganhou a fama de ser um ponto de passagem

privilegiado para a Europa e para as Canárias. É também dali que parte o comboio para as minas de ferro de Zouerate, bem no meio do deserto do Sahara, já junto à fronteira com a Argélia. É conhecido como o comboio mais longo do mundo. Leva tudo o que é essencial à vida dos habitantes do deserto. A sua partida é um longo ritual que demora todo o dia.

Mohamed e Yakob acabaram de ser apanhados à deriva em alto mar, quando o motor do barco em que seguiam empanou. Estão prestes a reunir os meios e as pessoas para uma nova partida. Falamos com eles na azáfama da pequena estação de comboio e garantem-nos que o nosso reencontro em Lisboa estará para muito breve.

Fadaiat

Rap do *platja lab* baseado em improvisações de Osfa e Marta Paz en el *platja lab* de FADAIAT 2004

Una mañana, trás una noche de sueños intranquilos,
Mohamed Samsa se desperto en su patera
convertido en un bicho monstruoso...
e ilegal...

Una mañana, trás una noche de suenõs intranquilos,
Mohamed Samsa se desperto en su patera
Para coger su móvil
Y llamar a Aicha,
!Aicha, programadora de software libré!
!Aicha, trabajadora en la industria de los afectos!
!Aicha, que recoge fresas en Huelva....!

Digui 'm , digui 'm?
shshshss.......
....ghghghgh...ghghgh...
chchch...chch...chchch...

Undécimo año de la guerra global permanente
Território geopolítico de Estrecho de Gibraltar
Teatro de Operaciones Platja de Tarifa
Devenir ciborg de la multitud.
Todas aventuras están aqui. Todo está por hacer.

May Day, May Day
detectamos una nave espacial sobrevoando él Estrecho.
!Es Fadaiat!
un puente inálambrico que se estiende entre Tarifa y Tangér
una geografia recombinante y fluida,
un vírus agudo y severo...
una máquina de Guerra...

Fadaiait connectát!
Fadaiat 45%
60%, 90%
Ping a Fadaiat – Tarifa
ping 2457 milisegundos
ping 176 milisegundos
!Empieza la emissión!

"Em Novembro de 1989 dá pela primeira vez à costa, numa praia de Cádis, o cadáver de um homem que morreu afogado ao tentar cruzar o estreito de Gibraltar numa patera. É o ano da queda do muro de Berlim. Para os zapatistas, o ano do início da IV Guerra Mundial. Os analistas diagnosticam esta morte como o resultado da Primeira "Ley de la Estranjería" do Estado Espanhol, promulgada em 1985, um ano antes da sua entrada na Comunidade Europeia, como política de convergência."

In José Perez de Lama, Notas sobre emergências en el estrecho de Gibraltar, *Livro Fadaiat* 2005

Fadaiat é, pelas palavras dos seus organizadores que vivem ou viveram durante muito tempo na fronteira sul da Europa, na região da Andaluzia (onde desde muito cedo começaram a deparar-se com a questão da emigração para a Europa), um "evento espaço" que acontece todos os anos, tendo-se realizado entre Tarifa e Tanger em Junho de 2004 e 2005, em Barcelona em 2006 e em Málaga em 2007. Propõe-se a tratar as questões da Liberdade de Movimentos e Liberdade de Conhecimentos como estando interligadas o que justifica as "deslocações" temáticas dos encontros de Barcelona 2006 ("fronteiras internas das cidades") e Málaga 2007 ("desafios na sociedade flexível", precariedade e "devir migrante do trabalho").

O seu *modus operandi* baseia-se num funcionamento cooperativo e em rede, constituindo-se como um projecto que pretende tornar comunicáveis diversas experiências que giram em torno destes temas.

Algumas das suas propostas continuam e aprimoram o trabalho de *border camps* realizados um pouco por toda a Europa e Estados Unidos pós Seatle 1999, nomeadamente alguns encontros em Tijuana na fronteira México-EUA.
Tem como antecedentes o encontro da "multitude conectada" que aconteceu em Huelva em 2003 e a constituição do grupo de trabalho e da página *web* do *Indymedia Estreito de Gibraltar* .

Até à data, estes encontros reuniram activistas, movimentos sociais, *hackers*, migrantes, artistas e cientistas sociais (entre outros) em torno das temáticas da liberdade de conhecimento (*anti-copyright*, sistemas *open-source*, *streaming, linux*...) e da liberdade de movimentos (migrações, fronteiras, campos de detenção de (i)migrantes, transnacionalismos...) na actual sociedade de informação e de produção globalizada. Nas palavras do projecto tratava-se "não apenas de pensar mas sobretudo de fazer: construindo uma situação complexa, atravessada por uma multiplicidade de fluxos contra hegemónicos carnais e imateriais... que fosse capaz de devir um momento nodal dos processos multudinários emergentes no território geopolítico do Estreito: um acontecimento capaz de multiplicar o rizoma, multiplicar os agenciamentos, produzir novo inconsciente – novos desejos..."

A escolha do seu nome remete para a profusão de parabólicas que inundam os telhados das casas térreas do Magreb e da África Ocidental, símbolo de uma circulação (quase) unidireccional de ideias: "Escolhemos o nome Fadaiat como título do projecto devido a uma entrevista de Fátima Mernissi:

Pergunta - Li, na sua página web, que compara as televisões por satélite com o tapete mágico de Sinbad.

Resposta - Sim, chamo a esse novo fenómeno o cyber-Sinbad. As parabólicas chamam-se, em árabe clássico Fadaiat, que literalmente significa naves espaciais. O cidadão árabe volta a ser *faris al zaman,* **o viajante que se move sem ser atingido pelo espaço ou pelo tempo, tão livre como o Sinbad dos contadores de Bagdad nas** *Mil e Uma Noites".*

Os encontros Fadaiat duram, regra geral, 3-5 dias e são compostos por debates, *ateliers*, projecções de vídeo, apresentação de trabalhos de investigação de longo curso, *streaming* de rádio e de televisão (em directo das mais variadas partes do mundo), e acções concretas sobre os temas da Liberdade da Informação/Liberdade de Movimentos.

Em 2004, inserido no encontro, houve uma ida a um centro de detenção de imigrantes que resultou na não detenção de alguns imigrantes; em 2006, no encontro de Barcelona, para além da colaboração com a Caravana Europeia pela Liberdade de Movimentos (recém formada em 2005, aquando dos acontecimentos de Ceuta e Melilla para ir a estas cidades) houve uma acção contra a construção de um centro de detenção de imigrantes que levou à detenção de 54 pessoas, advogados e jornalistas inclusive.

Os trabalhos que compõem ou que são partilhados no encontro estão, regra geral, visíveis no site (www.fadaiat.net) que, através de uma *página wiki* é não só um lugar de depósito de informação, mas também uma ferramenta essencial de um *work-in-progress* que se quer constante e que permite um livre acesso à informação produzida. Recentemente foi editado um livro sobre este projecto onde – à semelhança do site – estão compilados os mapas, textos, anotações, reflexões... bem como

a descrição das acções e alguns traços da comunicação subterrânea que o constitui.
Assim, sendo Fadaiat o resultado da participação de colectivos e indivíduos de vários países, o que em cada encontro se passa está dependente das propostas e do trabalho de cada um dos participantes e o contributo de cada um é rapidamente expandido e enriquecido pluridisciplinarmente pela colaboração com os outros.

A tradução - de castelhano para árabe ou para inglês-francês-português-holandês-paquistanês-senegalês e vice-versa, mas também de experiências de um lugar para o outro, de modos de fazer, de aprendizagem, de partilha - afirma-se como uma constante e a abordagem temática torna-se um ponto de partida e não de chegada, dela partindo reflexões várias sobre um assunto que, num mundo global, coloca em causa praticamente tudo.

ALGUNS PROJECTOS LEVADOS A CABO PELOS GRUPOS DE TRABALHO DE FADAIT

> "Entendemos o estreito de Gibraltar como um território espelho das transformações do mundo contemporâneo: globalização, migrações, fronteiras, cidadania, sociedade rede, comunicação, tecnologias (...). A fronteira é um lugar atravessado, um território de vida extenso e de limites móveis onde práticas sociais múltiplas colocam em tensão delimitações estabelecidas. Novos espaços e relações emergem desde e através da fronteira sul da Europa e Norte de África (...). Frente à abstracção linear, imutável e estéril estão as ideias que se propagam como vírus contagiosos; e aí surge território Madiaq. Aí, precisamente neste ponto densíssimo onde convergem mares, terras e multitudes; sobre esse fosso que tornaram mortífero, adquire consistência um território múltiplo, geográfico e infográfico, social e tecnológico, que se estende sem limites para sul e para norte; até à profundidade dos corpos carnais e à imaterial nooesfera que cresce

no terreno fértil das palavras sem dono.

in Observatório Fadaiat – textos constituintes.

1. **Cartografia do estreito de gibraltar**

A Cartografia do Estreito de Gibraltar resultou de uma investigação levada a cabo pelo colectivo *Indymedia Estreito de Gibraltar* e apresentada no Fadaiat 2004. Esta investigação durou cerca de um ano e incidiu sobre a realidade geopolítica deste território. É desta investigação que resulta a maioria dos dados do mapa em anexo no qual se configuram graficamente os fluxos materiais que configuram a região geopolítica do Estreito (face A).

Na face B do mesmo mapa tentou-se cartografar a dinâmica social (e de resistência) vinculada a esse espaço, razão pela qual se optou por representar toda a historiografia dessa dinâmica, juntamente com os acontecimentos e conceitos subjectivos que a constituem, utilizando para tal uma linguagem cartográfica que trata corpos, conceitos e datas de igual modo. Nesta face encontram-se então representados no mesmo plano tanto acontecimentos passados como acontecimentos em curso no presente ou futuros acontecimentos que não se sabe sequer se serão possíveis ou realizáveis. Trata-se de cartografar e construir territórios que se tornam possíveis porque cartografados, numa prática simbólica que acompanha e se baseia em experiências locais e concretas.

Invisibles del Sur
Este es un llamamiento a
trabajadoras que producen con
este territorio sur de
Somos invisibles y sin embargo
Somos l@s temporer@s que
las frutas y verduras, l@s
los negocios, l@s
comida, los peones y albañiles
casas, los conductores que
l@s diseñadores-as que
(webs, logos, casas, etc.),
atendemos las llamadas,
atendemos los comercios,
casas y edificios, las
ancianos y niños, l@s artistas y
espectáculo, l@s
maestros y profesores,
trabajadores del sexo y un
sahara
invierno 2003
archipielago copyleft
10 de noviembre 2004
plataforma en defensa del frente marítimo
(((i)))canarias
13 nov. 2003
campaña contra el radar militar
poliforma.org
marcha por la libertad del pueblo saharaui
comisión Malpaso, y para la defensa del Hierro
asociación canaria de amigos del pueblo saharaui
campaña contra el macropuerto de Granadilla
asociación de inmigrantes y simpatizantes por la inmigración
asociación de estudios de la globalización ACEG
plataforma ¡ya está bien
27 de noviembre
Espíritu de Vilaflor
Forum Femmes
septiembre 2004
Pateras por la Vida
larache
http://fadaiat.net
estreno Paralelo 36
noviembre 2003
diciembre 2004
2005
constitución de (((i)))larache
concurso Castillo Santa Catalina
talleres de comunicación política
proyecto Observatorio del Estrecho
caravana de la Paz, Algerive
tánger
junio 2004
junio 2005
campaña por la
constitución de (((i)))tánger
DASH Workshop
colectivo educad
fada'iat
patalata.net
colectivo aljaima
tarifa
Ateneo Libertario
(((i)))jerez
decol
attawasour
campaña contra los sueldos de los
okianus
fadaat
transacciones
2001
cherif idrissi
CGT
APDHA
Noborder camp
ASPO
migrantes organizados
red dos orillas
Foro Social de Jerez
Somos invisibles y convivimos con la crisis de las organizaciones que creían representarnos. Desde hace tiempo que los sindicatos mayoritarios optaron por acompañar y gestionar la aplicación de medidas neoliberales. Basados en su práctica corporativa y oxidados por la burocracia y la corrupción se muestran incapaces de actualizarse con las nuevas figuras del trabajo y conviven en silencio con la constante perdida de derechos que sufrimos el conjunto de los trabajadores-as. Los partidos que antaño acompañaban los procesos de lucha y organización de los trabajadores-as han optado por sumergirse en el laberinto institucional y atravesados por conflictos de poder no han sabido ni querido escuchar las demandas sociales y se encuentran en una profunda crisis de sentido.
Red Chabaka
ecologista
centro de mujeres
AMDH
APDH-CG
alhucemas
http://www.euromayday.org
2 de Abril de 2004
Forum Femmes
Deriva ZoMeCS
1 de mayo de 2005
Amigos de Palestina
verano 2005
(((i)))málaga
MarhabaTour
euromayday sur
Casa de
málaga
Jornadas
27 sep. 2004
Foro Social
Somos invisibles y sin embargo nos estamos rebelando. El silencio massmediático y el supuesto equilibrio social no pueden esconder la aparición de multitud de conflictos. En distintos puntos de nuestro territorio estallan procesos de organización y lucha por los derechos de los trabajadores. Los trabajadores de Astilleros combatiendo con dignidad la pérdida de puestos de trabajo, los teleoperadores abriendo espacios de organización en lucha por el convenio colectivo, los trabajadores inmigrantes reclamando derechos y papeles para todos, los jornaleros tomando tierras y cortando carreteras, los becarios e investigadores en pie de guerra por unas condiciones de trabajo digno, los conductores de autobuses contra los abusos de la patronal, los trabajadores del sector público hoy subcontratados en contindo movimiento y la multitud de microconflictos laborales (juicios, demandas, movilizaciones, huelgas sectoriales o de empresa,etc.).
A su vez en estos últimos años se han consolidado experiencias de movimientos sociales que han dado voz a infinidad de conflictos, conectando los problemas locales con el movimiento global y han sacudido el escenario político y la supuesta "paz social". Desde los movimientos ecologistas hasta los Centros Sociales Autogestionados, desde los Foros Sociales hasta las luchas vecinales, desde asociaciones de mujeres hasta los encierros de inmigrantes, desde la construcción de medios de comunicación independientes hasta las redes del software libre, desde las acciones contra las deportaciones hasta las históricas movilizaciones contra la Europa del Capital y contra la Guerra Imperial. La lista podría no tener fin.
Somos invisibles y queremos dejar de serlo.
ocupación de segalerva
Coordinadora en defensa del medio rural y litoral
publicación multiformato otramálaga
entránsito
ciclo cineclub copyflex
20 de febrero 2005
migrantes y precarios contra la
movimiento de apoyo al inmigrante
Red Europea No border
agosto 2004
almería
ocupación de la Catedral de
julio 2004
AFRICA
ataque con pateras al
octubre 2004
Este mapa pretende historiografiar, hacia atrás -2002-, y hacia adelante -2005- los movimientos de lucha en el estrecho vinculados al sistema libre de información y comunicación indymedia. El proceso de ideación-compilación ha tenido lugar principalmente en la red y en unas pocas reuniones presenciales, y ha sido exhaustivo en la medida de nuestras fuerzas. Las islas Canarias no están bien ubicadas (haria falta un A0)y seguramente faltarán algunos de los colectivos (disculpas), alguna fecha importante (ufff), y muchos cables (no queríamos que la cartografía pareciera una centralita-router de telefonía de los años 60)...
marzo 2004
Foro Social europeo(Londres
reunión de Senegal
2 de abril 2005
lista de correo (((i)))áfrica
día europeo contra los centros de
2004
http://noborder.org
bridges to boundaries tour
La gramática empleada es la del Pure Data, un entorno de programación visual basado en objetos (ver leyenda). PD es software libre utilizado para aplicaciones en tiempo real, como emisión distribuida de video por internet, control de interactividad desde sensores o música generativa. Esta analogía código-territorio la consideramos sugerente para representar la red humana-multitud conectada como un nuevo tipo de artefacto vivo: con sus partes blandas y de silicio, pero también los algoritmos operando.
zapatismo
mov. preca
revolución molecular
derechos laborales
movs. autogestionados
campaña Global Contra la Guerra
desterritori
diplomacia de base
derechos de la mujer
/usr/local/lib/libmov.so
/usr/local/lib/libconoc.so
diseña: marta y pablo (gracias jd por todos los comentarios)

Somos invisibles y sin embargo sufrimos en primera persona las transformaciones del trabajo. En nuestro territorio el empleo seguro y estable es una especie en extinción. Las constantes reconversiones y deslocalizaciones industriales y la aplicación de medidas neoliberales han llevado a que el 89 % de los trabajadores se sitúe en la agricultura (10,48%), la construcción (14,13%) y sobre todo en el sector servicios (64,02%). Estos sectores claves de la economía están marcados por la temporalidad, la informalidad y la ausencia de derechos laborales (incumplimiento o ausencia de convenios colectivos, jornadas interminables, bajos salarios, despidos injustificados y todo tipo de abusos en la contratación y las condiciones de trabajo). Es en este contexto donde la precariedad se vuelve hegemónica y atraviesa a cada vez más trabajadores-as. Una precariedad que va más allá de las condiciones laborales y se extiende al conjunto de la vida, donde el acceso a derechos tan elementales como la vivienda, la salud, la educación y la cultura se ha transformado en un ejercicio de equilibrismo donde nos encontramos millones de personas.

Devenir inmaterial, devenir global del trabajo

Una de las nuevas cualidades de la contemporaneidad que se viene caracterizando como posfordista, es la transformación del carácter del trabajo. Si en el periodo precedente, el trabajo industrial representaba el modelo de las relaciones productivas del sistema y se identificaba por tanto como el espacio central de lucha, actualmente hablamos de una nueva forma central de la producción, que viene denominándose producción inmaterial y - añadiríamos - global. Inmaterial y global son por tanto los dos caracteres que proponemos como definidores del nuevo trabajo.

Inmaterial

En tanto que inmaterial la nueva producción está caracterizada por la centralidad de la información y el conocimiento, pero también de lo afectivo y de lo relacional -; formulado de otra manera, por las redes sociales, la cooperación social y la inteligencia colectiva. Hablamos de sistemas de organización, gestión de la información, comunicación, diseño, pero también de cuidados, servicios, ventas, distribución, mantenimiento, formación, turismo... No decimos que las actividades agrícolas o industriales hayan desaparecido; sin embargo, sí afirmamos que el control de todos los procesos de producción y la creación de valor cada vez se sitúan más en el ámbito de lo "inmaterial".

Global

En tanto que global, la nueva producción está caracterizada porque la riqueza - igual que la explotación - se produce indisociablemente ligada a las redes y los flujos de personas, sistemas de organización, comunicaciones y transporte que trascienden los ámbitos locales y nacionales en los cuales, antes, podíamos situar las relaciones de producción y la vida social en su conjunto.

Much*s creemos que esta evolución de la forma del trabajo y la producción, no es el resultado exclusivo y unívoco de la sofisticación de los sistemas de explotación impulsados unilateralmente por "el Poder", sino que lo es del conflicto entre el deseo de la multitud, que desborda sin cesar el sistema: - luchas políticas y sociales, migración y éxodo, creatividad, cooperación...- y los esfuerzos de captura de este desbordamiento por parte de los poderes hegemónicos: el capitalismo y sus instituciones, que tiene así que devenir globales.

Creemos además / por tanto, que estas nuevas formas de producción, que se basan en la cooperación social y el conocimiento o inteligencia colectivos, - que caracterizan las redes -, encarnan nuevos potenciales empancipatorios, liberadores... revolucionarios en fin.

Multitud y trabajo

Si la multitud es el conjunto de los muchos y diversos cuyo trabajo es explotado por el capitalismo, construir la multitud deberá pasar por la reapropiación y el control de nuestro propio trabajo. En primer lugar por la reapropiación del conocimiento que constituye el núcleo de las nuevas formas de producción, desde las formas de organización en red, a las herramientas de gestión de la información y la producción. El modelo del software libre, basado en la cooperación social y la propiedad comunitaria, constituye uno de los referentes básicos para pensar otras formas de producir en el contexto contemporáneo. A esta reapropiación de los medios de producción es a lo que denominamos devenir ciborg de la multitud.

En segundo lugar, si la producción se realiza globalmente, en redes distribuidas por encima y más allá de las fronteras, la reapropiación del trabajo y sus frutos por parte de l*s trabajador*s deberá significar que l*s trabajador*s tengan la libertad de moverse, como lo hace el capital, para tener igualdad de acceso a las oportunidades y los bienes de la producción globalizada.

Si la captura del conocimiento colectivo y el control de la movilidad -fronteras, visados, etc - son dos de los principales modos de captura de la riqueza social llevados a cabo por el capitalismo posmoderno, construir la libertad del conocimiento y la libertad de movimiento serán condiciones necesarias para la emancipación de la multitud en un mundo informacional y globalizado. Siendo todos nosotr*s, en mayor o menor medida, trabajadores globales e inmateriales, las dos libertades se confunden en una, que viene a ser la libertad y el derecho a vivir una vida plena.

Frente a la gestión fragmentadora y selectiva que el sistema capitalista pretende imponer sobre conocimiento y movilidad, busquemos el común y construyamos una batalla de mil frentes agenciados para hacer de todos los medios y los frutos de la producción en red, del trabajo de todos. ¡Para todos todo!

Indymedia estrecho / madiaq:
Desobedecer la frontera para construir un territorio otro
http://estrecho.indymedia.org

Indymedia estrecho / madiaq nació en el año 2003 como parte de la red global indymedia. Nos proponemos participar en los procesos emergentes que están dando lugar a la construcción de un territorio otro, de confines difusos, tejido por la cooperación desde abajo que protagonizan los movimientos que en su día a día ponen en jaque las formas de dominio existentes.

Un territorio otro, experimental, multitucultural, políticamente diverso, a la vez que tremendamente común. Un territorio a inventar, transnacional, transcontinental, digno de la exigencia y el deseo de la resistencia de nuestra época al capitalismo global.

La reordenación geoestratégica que lleva a cabo la globalización neoliberal sitúa El estrecho como enclave crítico del proyecto imperial. Esta frontera sur que cierra, controla y distribuye el acceso a la Europa Fortaleza que se nutre de la fuerza de trabajo multinacional migrante y le impone la dinámica de sometimiento con el control cotidiano, la sumisión al chantaje de los papeles, la indefensión total en cuestiones laborales y derechos fundamentales,etc.

Una frontera constituida que hace uso de los más sofisticados sistemas de información, control y seguridad europeos (SIS) y que, sin embargo, cada año, es desafiada y atravesada por miles de migrantes que ejercen su derecho de fuga, creando salidas en busca de dignidad.

¡Una frontera digna de desobedecer!

Situándonos sobre la frontera, el proyecto indymedia estrecho surge de la necesidad de construir un espacio comunicativo, un espacio de encuentro y contagio entre realidades diferentes del movimiento de movimientos que empiezan a conocerse y a trabajar juntas. Crear un espacio donde hackear la frontera cultural, política y económica que mantiene separadas, incomunidadas a las nuevas figuras de conflicto y producción de un mundo otro, que surgen tanto en Andalucía-Frontera Sur de Europa como en toda la zona del Magreb... y más allá.

Pensamos el proyecto como una máquina-cíborg político-comunicativa para atravesar la frontera, con la que trazar puentes entre las orillas construidos desde la cooperación y la democracia de base; un ejercicio de antropología política, de mutua diplomacia desde abajo que de lugar a sinergias entre las realidades rebeldes de las dos orillas, la multiplicidad de singularidades que constituyen las redes de producción biopolítica en las que se entrelazan migrantes, precarias y cognitarios del territorio madiaq.

2. **O observatório tecnológico do estreito**

Fadaiat contém igualmente, desde o início, o desejo de criar uma estrutura estável, na tentativa de escapar à lógica do encontro anual e dos acontecimentos efémeros, criando para tal um "Observatório Permanente sobre Liberdade de Conhecimento e Liberdade de Circulação". A este propósito, foi apresentado, em Março de 2006, um projecto de reabilitação do Castelo de Santa Catalina – um castelo à beira mar, em plena fronteira perto de Tarifa que havia sido posto em hasta pública pela região da Andaluzia – para constituição do "Observatório Tecnológico do Estreito". O projecto (que demorou três meses a fazer e foi feito pelo colectivo de arquitectos e programadores de Sevilha "Hackitectura" com o apoio da Universidade de Sevilha), apesar de amplamente apoiado por instituições culturais de vários países da UE e pelo próprio "Ayuntamiento de Tarifa" acabou por ficar em segundo lugar, tendo o castelo sido destinado à construção de um restaurante! (o que se pode tornar facilmente compreensível se atendermos ao actual contexto geopolítico do Estreito de Gibraltar).

Estrangeiro é a tua avó!

Entrevista ao Miguel Castro Caldas sobre o trabalho que no último ano ele e o Bruno Bravo têm vindo a desenvolver com refugiados do Conselho Português de Refugiados.

Como é que tiveram a ideia de fazer um projecto com o CPR? E porquê?

Eu já conhecia o grupo de teatro amador do CPR (Conselho Português para os Refugiados), o Refugiacto, sabia que era composto por refugiados de várias partes do mundo que estavam no CPRT a aprender português. Já conhecia a Isabel Galvão, a professora de português que começou com eles o grupo. Atraiu-me a ideia de escrever um texto para onze actores que falam português todos de maneiras diferentes.

Qual era a vossa proposta inicial? O que é o CPR?

A nossa proposta inicial era ainda um pouco vaga. Tinha este pressuposto de trabalhar com pessoas cujas experiências de vida provinham de coisas tão diferentes, mas o que as unia era a língua e o exílio. O CPR é uma ONG que promove uma política de asilo mais humana e liberal, a nível nacional e internacional, estou a citar as palavras que eles usam para se apresentarem.

Quem são estes refugiados (situação legal, histórias de vida, quotidianos...)?

São pessoas que precisam de abandonar o país de origem por razões políticas, por causa de uma guerra, ou de uma ditadura, perseguição,

etc. Ao contrário do imigrante, não podem voltar para casa, por isso é terrível quando não conseguem uma situação legal.

Como é o grupo e como está a ser o processo, a nível de ensaios, etc.? Eu assisti ao pequeno exercício que apresentaram nas Comemorações do 25 de Abril no Largo do Carmo. Como foi que chegaram aí?

O grupo já tinha esse evento agendado. Como estávamos nesse momento a começar a trabalhar com eles, pediram-nos ajuda para prepararmos uma intervenção curta. Não fazia parte do projecto inicial. Foi um pequeno desvio, que também serviu para nos conhecermos melhor como grupo. Para este evento no 25 de Abril para o qual já tinham sido convidados, decidiram em reunião que queriam abordar o tema da liberdade. A intervenção ia ser no Largo do Carmo. Daí que tive a ideia de escrever um pequeno texto que leva em conta o facto de estarmos "no sítio" do 25 de Abril.

Reparei que havia muitos refugiados que pareciam ser do leste da Europa. Acham que é possivel dizer que há especificidades culturais e comportamentais nos tipos de grupos de imigrantes (ex. os "brasileiros", os "chineses")?

Não posso falar como especialista. Mas o que me parece é que, por um lado, estão todos formatados na realidade de serem "imigrantes", "exilados" e de falarem português mas, ao mesmo tempo, essas especificidades existem e têm de forçosamente se manifestar. Se bem que, por exemplo, os muçulmanos pareçam evitar falar muito do Corão e das mulheres.

Como entendeu o grupo do CPR as referências ao 25 de Abril e ao Largo do Carmo? Como lhes contaram a história do 25 de Abril até que eles percebessem a ironia das frases "é aqui?" ou "podemos entrar?"

Foi engraçado porque, a partir de certa altura, houve quase uma revolta, porque alguns membros do grupo não concordavam com a nossa visão pessimista do desgaste dos conceitos associados ao 25 de Abril e à liberdade. Para eles Portugal, e no fundo as democracias liberais, são o cúmulo da liberdade. Conversámos e reflectimos sobre o texto, e chegámos à conclusão que a visão pessimista não estava propriamente dita no texto. O texto fazia perguntas. O que é o 25 de Abril hoje? O que significa dizer "25 de Abril sempre" (na peça "25 de Abril sempre" é uma possível senha de entrada, que não funciona).

Lembro-me que o espectáculo começava com os refugiados a dizerem "estrangeiro é a tua avó" e que um amigo meu, português - nascido em Lisboa, me disse: "pois era, a minha avó era estrangeira, a minha e a de muita gente". Como chegaram a essa frase?

Primeiro havia alguém que chamava estrangeiro a alguém e depois o outro respondia "estrangeiro é a tua avó!" É evidente que a frase ficou muito mais forte depois de cortarmos a primeira.

Há alguma história sobre este processo que queiram contar?

Uma vez um deles, albanês, contava que era proibido ler a Bíblia durante o regime comunista na Albânia. Depois, quando o regime caiu, ele disse que foi ler a Bíblia e o Corão. E concluiu que eram muito

parecidos. Mas o problema foi quando ele disse que não havia nenhum sítio no Corão em que se dizia que não se podia comer porco. Estávamos a lanchar, havia sandes de fiambre e de queijo, para os que podiam e não podiam. Outro membro do grupo, palestiniano, disse-lhe que era melhor ele ficar calado porque não sabia nada. Disse que sabia o Corão de cor e que garantia que estava lá escrito "não comerás porco", e depois, outro que também era muçulmano começou a ficar com uma expressão ofendida. Ou seja, de repente aquela conversa ligeira de lanche estava a começar a ganhar uma tensão complicada.

Estás a sentir que de algum modo este projecto de teatro está (ou pode) contribuir: a)Para estes refugiados serem mais felizes (ou se divertirem)?

Não sei.

b)Para dizer qualquer coisa sobre os temas levantados pela situação dos Refugiados?

Não directamente. O facto de o projecto ser feito com refugiados já é falar sobre essa questão. A nossa ideia é pegar nas histórias que lhes foram contadas quando eram crianças e pô-los a discutir sobre as diferentes versões das histórias, que se calhar são mais ou menos as mesmas. Construir um texto cheio de sotaques, e cheio de sotaques e discussões sobre os caminhos que o capuchinho vermelho tomou.

O tema da imigração para o 1º mundo promete ser uma das grandes questões do séc. XXI, onde se podem encontrar as grandes contradições e desigualdades em que o mundo assenta. Como sentem vocês esta questão?

No séc. XIX essas desigualdades viam-se nas relações laborais entre operários e industriais. Hoje vê-se na exploração da pobreza dos países do 3º mundo. Como sempre, quando a situação começa a tornar-se insuportável, as pessoas procuram escapar. Agora assistimos a migrações de gente que procura melhores condições de vida, mas não tardará muito que percebam que têm todo o direito a vir e a ter os mesmos direitos dos que cá estão. Porque, no fundo, os canos que nos trazem a água foram conseguidos graças aos saques que lhes fizemos e continuamos a fazer. As revoluções do séc. XX, se formos a ver, deram-se um pouco pelo mundo ocidental todo, mas dentro de cada país. Penso que a novidade agora serão revoluções transnacionais.

Lembro-me de que ainda há pouco tempo (no prefácio do PANOS 2007) levantaste a questão do facto do nacionalismo e da xenofobia parecerem estar na moda. O Sloterdijk diz "as sociedades estão permanentemente a jogar jogos eliminatórios, jogos de pertença e não pertença". Achas que pode ter alguma coisa a ver com isto?

Pois é. Para inventarmos os que estão dentro tem de haver os de fora. No fundo o que é um país? Deste lado do rio estamos nós, do outro lado estão os outros. No outro dia estive uma tarde na lista dos excluídos para assistir a um concerto da Laurie Anderson e depois no fim fui aceite. Entrei de repente no público da Laurie Anderson, cujo concerto apelava ao inconformismo, atacava a sociedade americana e a invasão ao Iraque. O seu discurso era dirigido a este público, conformado com o inconformismo. Estávamos todos de acordo uns com os outros e com ela. Não nos doeu nada. Às vezes acho que me assustam mais os incluídos.

A quem achas que pode chegar a vossa peça com o CPR? No que toca a recepção, quando escreves para quem escreves – para quem já sabe e concorda contigo ou para quem discorda em absoluto?

Penso que aqui a questão não é bem escrever para quem concorda ou para quem discorda. Acho que tem mais a ver de onde se parte. Há quem tenha o olhar frio e analítico de quem está a olhar para a coisa de fora. Quem olhe primeiro para a situação e só depois entre lá dentro para fazer o que acha que é preciso fazer depois de ter estudado o assunto. Eu acho que estou cá dentro e não consigo ter uma visão de grande distância. Estou embrenhado no que me rodeia. Por isso o que escrevo é uma espécie de tentativa de nadar, de conseguir, no mínimo, manter a cabeça à tona. Mas quero poder ser mal educado, pregar rasteiras. Como quem dá um encontrão no ombro do outro, mas não se percebe se é um encontrão amigável ou mal intencionado. Acho que estou nesse limbo.

Entrevista feita por AMBV em Julho de 2007

Escrever uma contra-geografia[1]

Barcos que capotam, imigrantes clandestinos que colapsam nas costas europeias: é através deste género de imagens dramáticas que as fronteiras do sul da Europa aparecem nos telejornais. Os media acreditam que isto comunica a essência da "fronteira" da forma mais concisa e mais comovente. No entanto, nenhuma imagem destes dramas pode contar ou circunscrever a história sem fim da integração e da exclusão. O acontecimento da passagem não pode reduzir-se a um ícone de violência: só a multiplicidade de passagens, as suas diversas encarnações, as suas motivações e as suas articulações podem dá-lo a conhecer. Em vez de se focalizar na simples passagem ilegal de uma linha, o facto de se exporem as transacções económicas transnacionais, difusas e semilegais, que escondem as múltiplas deslocações nas regiões fronteiriças, permite-nos compreender melhor o próprio sítio e o lugar central que ocupam as travessias clandestinas nesta questão. Paralelamente, situa o acontecimento num quadro narrativo susceptível de transcender as representações que os media lhe conferem, em particular nas informações. A aliança vídeo/teoria pode redefinir de forma eficaz o género documentário. Existe incontestavelmente uma convergência entre a análise teórica da globalização, o estudo etnográfico da situação concreta de mulheres nas regiões em crise e o carácter abstracto das representações tecnológicas, sem esquecer a crítica desta forma de visualização que leva à hegemonia. Estes são formulações e parâmetros necessários à leitura das minhas obras.

No meu trabalho de artista e de comissária de exposições, sempre me interessei pela transformação do espaço produzida pelas deslocações das pessoas, com o objectivo de compreender como as trajectórias dos seres humanos, as suas bases de migração e os seus itinerários de viagem constituíram paisagens socioculturais específicas, e como esta experiência acaba por se inscrever no terreno concreto. A fim de visualizar estes processos, o estudo da geografia e das migrações é assistido pelo progresso constante de novas tecnologias da imagem; daí deriva que a representação das deslocações geográficas deve ser explorada paralelamente nos domínios físico/concreto e electrónico/tecnológico.

Escrever contra-geografias

No centro destas reflexões, situa-se a questão de saber como, enquanto artista, posso inserir-me nestas imagens ao actualizar diversos processos e ao traçar uma espécie de contra-geografia na qual as paisagens electrónicas e sociais se recortam. Neste contexto, a geografia é considerada simultaneamente um instrumento teórico que permite reexaminar as relações espaço-sujeito-movimento, e uma prática cultural, um meio simbólico de redefinir espaço. A questão central é: a que universos visuais se deve este processo, que impacto visam estas imagens, e que promessas querem satisfazer?

Gerar espaços de mediação simbólicos

Todos os meus vídeos tratam explicitamente de assuntos que não são intrinsecamente artísticos. Exprimem formas estéticas e teóricas mais

próximas do ensaio do que do documentário. A prática do ensaio implica uma intensa reflexão sobre si (auto-reflexivo na relação da produção da imagem, não de mim como artista), pois não cessa de interrogar o acto de criação de imagens e de produção de sentido. É conscientemente que se livra da actividade da representação. Tendo em conta estas características, o ensaio presta-se particularmente ao estudo das relações complexas. A abordagem do ensaísta não consiste em documentar factos reais, mas em pôr ordem à complexidade. O vídeo rentabiliza esta qualidade, pois deve reagir simultaneamente a um ambiente mediático sempre em mudança e a uma sociedade de crescente complexidade; para explicar isto, a simples representação de realidades visíveis já não é suficiente. O ensaio permite captar os processos quase intangíveis e abstractos das mutações sociais e culturais. O ensaio presta-se então perfeitamente à exploração dos processos de globalização: as leituras literal e metafórica do termo "transnacional" encontram-se em inúmeros pontos.

Tal como o próprio facto transnacional, o ensaio pratica a deslocação, cruza as fronteiras e os continentes, reúne lugares díspares graças à sua lógica particular. No ensaio, uma voz que transcende a narração amontoa os diversos elementos num feixe de reflexões que obedecem a uma lógica subjectiva. A voz do autor, do "narrador", é claramente situada, exprime um ponto de vista muito pessoal, o da mulher migrante, ou o de um trabalhador branco – que a distingue da voz do documentarista ou do cientista. A narração é portanto situada em termos de identificação, sem ser no entanto localizada no sentido geográfico do termo. É a voz "translocal" de um sujeito móvel, itinerante, que não pertence ao lugar que descreve, mas que o conhece sufici-

entemente bem para lhe deslindar diversos extractos de significação. Reunir informação e factos não apresenta em si nada de interessante: o ensaísta não pensa que a realidade é representável. Visa antes uma reflexão sobre o mundo e sobre a ordem social, fazendo-o ao integrar os materiais a um campo de relações específico. Por outras palavras, a abordagem do ensaísta não consiste em documentar factos concretos, mas a organizar a complexidade. Ela é caracterizada por um movimento de pensamento não-linear e não-lógico, alimentando-se de diversos domínios de conhecimento.

Sendo a minha obra fundada na hipótese de o espaço geográfico ser, em última análise, constituído pela deslocação das pessoas, parece apropriado examinar o papel do corpo tanto da zona transnacional como no espaço do ensaio. Na tradição do documentário, a realidade é inseparável do corpo; a câmara segue o corpo que vive várias situações, o actor social – e, neste sentido, trata-se de um corpo histórico. Na ficção, o corpo representa uma personagem que é objecto de um relato, é um corpo contado. No ensaio, os corpos não são instrumentalizados de nenhuma destas maneiras, não exercem função representativa. Pelo contrário, os corpos do ensaísta contribuem para construir outros objectos – neste caso, fronteiras.

Os meus vídeos são inclusive apresentados e analisados em contextos militantes, universitários e artísticos. É de facto desejável que os vídeos invistam nestes diversos espaços, pois operam uma síntese de dados saídos de vários campos de conhecimento. Aquando das discussões em contextos público ou pedagógico, é impressionante cons-tatar a que ponto os objectivos políticos e artísticos são confundidos. E, qualquer

que seja o contexto, acaba quase sempre por se pôr a questão da eficácia de um vídeo. Talvez seja devido ao facto de que tratar este assunto (apesar da apresentação distanciada e da abordagem estrutural aos problemas própria ao vídeo) ajuda a ganhar consciência das injustiças sociais às quais eu não posso trazer soluções. Esta atitude explicar-se-á pela prática corrente dos documentários e das reportagens jornalísticas, que desejam que uma problemática social seja exposta por intermédio de um destino específico, de um sofrimento individual tornado mais perceptível. Este processo, que almeja suscitar a comiseração, parece-se extremamente suspeito, porque produz um estímulo emocional muito próximo do voyeurismo, que não leva a nada do ponto de vista político e em todo o caso nem a uma mediação (ou seja, habilidade para agir?). No entanto, e talvez precisamente porque não é utilizada no vídeo, a necessidade deste estímulo emocional transparece nas expectativas do público. A frustração suscita uma reacção particular: como o vídeo não é capaz de mudar as condições de vida inaceitáveis é, por consequência, desadequado. Percebe-se pelas perguntas do público que o vídeo deveria ser exibido nos lugares onde era preciso que as coisas mudassem, e que devia contribuir para esta mudança.

Existem certamente inúmeras ONG's bem organizadas e que dispõem de uma rede global, que estão particularmente bem posicionadas para obter mudanças tanto sociais como legislativas. Tal não é de todo o objecto da minha intervenção. A minha prática estética visa gerar um espaço de mediação diferente, ainda que aconteça muitas vezes as ONG's utilizarem os meus vídeos para fins de *lobby* e de relações públicas. Decidi agir na esfera simbólica, o objectivo não é mudar o

mundo, mas mudar o discurso em relação ao mundo. Qualquer que ele seja, as questões do público marcam muitas vezes o momento no qual me sinto enfim confiante que o projecto atingiu o seu objectivo, a saber, contribui para a tomada de consciência da nossa própria res-ponsabilidade nos fenómenos globais. No meu trabalho artístico e textual, esforço-me o mais possível para clarificar a correlação entre as sociedades de alta tecnologia e o surgimento de condições de vida precárias. Um dos meus principais objectivos é dar a conhecer que as causas e as soluções não estão sempre "noutros lados".

Ursula Biemann

NOTA

1.Tradução não-integral de Marta Lança a partir do texto da autora em http://www.geobodies.org/03_books_and_texts/texts. Ursula Biemann é artista plástica, documentarista e cineasta. Os seus trabalhos, com um forte pendor ensaístico e de investigação no terreno (feitos muitas vezes em colaboração com outros grupos artísticos), centram-se muitas vezes, como se pode ver em geobodies.org, nas temáticas das fronteiras e da liberdade de circulação. Abordou já temas como o tráfico de mulheres na fronteira México-EUA, a fronteira Sul da Europa, as suas Fronteiras a Leste e a relação desta com a construção de gasodutos e as redes de telemóveis (exposição B-Zone).

“alles unter kontrolle”

tudo sob controlo: uma viagem pela “dissimulação da representação”

Atravessar zonas de fronteiras significa navegar por filtros de controlo, inclusão e exclusão, sendo o teu passaporte e a tua identidade enquanto cidadão radiografados pelo olhar e/ou tecnologia. Apesar da paisagem ser contínua, são efectuadas divisões entre documentos, corpos e uniformes. Ao circular enquanto cidadão dentro da UE passas por estes filtros em pontos proforma, quase invisíveis, as fronteiras. As *performances* em zonas fronteiriças têm lugar de ambos os lados: tu desempenhas o papel de bom cidadão, os guardas fronteiriços e a polícia fingem que levam a cabo um trabalho eficaz.

A UE – cujo programa PHARE não só financia sistemas de alta tecnologia de controlo e edifícios para as novas fronteiras da Europa de Leste, como também investe em potenciais futuros membros, como a Croácia ou o Montenegro, mediante a renovação de *check-points* na ex-Jugoslávia – tem-se empenhado particularmente em construir o palco destas *performances*.

Os actores destes teatros de fronteira são os passageiros e a polícia, mas também imigrantes, condutores de autocarros, contrabandistas e comerciantes que utilizam esta “zona cinzenta” para seu próprio proveito.

Pode ler-se na *Anarchitectur Maganize*, nº15: "A fronteira é feita de um espaço de manobra, conquistado ou deliberadamente concedido, a funcionar como filtro reactivo de imigração e produtos. Inconsistências e incertezas deliberadas produzem zonas cinzentas, opções para a acção e derivas para jogos livres dentro do regime de fronteira".

A função policial - estabelecer e representar este regime de fronteira - é quotidianamente desafiada por gestos, atitudes individuais e pelo uso destes espaços. O trabalho de Alexandra Ferreira concentra-se precisamente nestas fricções entre as facetas pessoal e oficial dos guardas fronteiriços. Ao teatralizar os seus uniformes, movimentos, repertório de palavras e gestos produz e intimida momentos que revelam o "dissimulado da representação".

Ao usar desenhos e fotos tiradas em várias fronteiras da U.E. – como a que existe entre a Alemanha e a República Checa –, mas também entre nações recentemente criadas como o Montenegro e a Bósnia ou a Sérvia e a Bulgária, a artista cria, a um nível translocal, um vocabulário de uma mentalidade ausente, atenção, controlo, conversas, disciplina, negócios sujos, discriminação... As suas pequenas histórias visuais "desconstroem" coreografias escondidas que são consideradas marginais pela face oficial do Estado, mas na realidade contam histórias humanas de poder, pose, poética e esquemas da vida roti-neira num palco de fronteira.

(para *Alles Unter Kontrolle* – exposição de Alexandra Ferreira, na Bomba Suícida, Lisboa 2005)

Bettina Wind
Tradução de Vasco Pita Casanova

Bónus

links úteis

Fora

http://www.noborder.org (No Border) /http://www.geobodies.org (Geobodies) / www.fadaiat.net (Fadaiat) / www.hackitectura.net (Hackitectura) / www.estrecho.indymedia.org (Indymedia Estreito) / www.algeria-watch.org (Algeria Watch) http://www.irational.org/heath/borderxing (BorderXing guide) / http://www.transitmigration.org/migmap (Mig Map) / http://www.migreurop.org (MigreEurop) / http://www.ncadc.org.uk (National Coalition of Anti-Deportation Campaigns) / http://www.statewatch.org (Statewatch) / http://www.thistuesday.org (This Tuesday) / http://deletetheborder.org (Delete the Border) / http://fortresseurope.blogspot.com (Fortress Europe) / http://www.novox.ras.eu.org (No Vox) / http://multitudes.samizdat.com (revista Multitudes)

Dentro

http://www.solimigrante.org (Associação Solidariedade Imigrante) / http://moramosca.wordpress.com (Direito à Habitação – Associação Solidariedade Imigrante) / http://www.casadobrasil.info (Casa do Brasil) / http://cnli.do.sapo.pt/ (Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes) / http://africa-europa-alternativas.blogspot.com (África-Europa, Que Alternativas?) / http://www.cidac.pt/ (CIDAC) / http://www.ceg.ul.pt/mcm/index.htm (Núcleo de investigação sobre Migrações, Cidades e Minorias do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa) / http://www.fcsh.unl.pt/cemme/ (Centro de estudos Migrações e minorias étnicas- FCSH)

Ficha Técnica

edição

Marta Lança + Ana Maria Bigotte Vieira + José Nuno Matos

colaboradores

Marta Lança
José Nuno Matos
Ana Maria Bigotte Vieira
Shá-Moussa
Luhuna Carvalho
Regina Guimarães
Colectivo Pizz Buin
Colectivo Casa Viva
Christiane Lopes
António Tomás
Sheila Khan
Kiluanji Kia Henda
Miguel Castro Caldas
Pedro Pinho, Frederico Lobo, Luísa Homem
Bettina Wind + Alexandra Dias Ferreira
Vasco Pita Casanova
Pedro Cerejo
Peyo
Fadaiat- colectivo Indymedia Estrecho
Ursula Biemann
Sandro Mezzadra